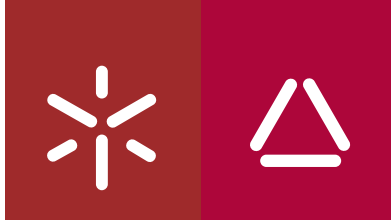


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António José da Silva Fernandes

**Desafios de uma comunidade minoritária
– os apoios sociais na comunidade
cigana de Barcelos**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António José da Silva Fernandes

**Desafios de uma comunidade minoritária
– os apoios sociais na comunidade
cigana de Barcelos**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

outubro de 2015

Declaração

Nome: António José da Silva Fernandes

Endereço eletrónico: pg24801@alunos.uminho.pt

Cartão de cidadão: 10918585

Ano de conclusão: 2015

Dissertação de Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade

Título da dissertação:

Desafios de uma comunidade minoritária – os apoios sociais na comunidade cigana de Barcelos.

Orientadora:

Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 29 de Outubro de 2015

Assinatura:

(António José da Silva Fernandes)

Agradecimentos

Desde o início da elaboração desta tese de mestrado que contei com o apoio de muitas pessoas. Foram várias aquelas que me incentivaram e apoiaram para que eu pudesse levar a bom porto este projeto. A todas elas o meu mais sincero obrigado.

Contudo, não posso terminar este projeto sem deixar um agradecimento especial a algumas pessoas. Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Rita Ribeiro, pela sua competência profissional, mas sobretudo pela sensibilidade demonstrada ao longo da realização de todo este projeto.

Tenho um profundo agradecimento a fazer a todos os que permitiram enriquecer este estudo, nomeadamente todos aqueles que por mim foram entrevistados, os técnicos e as pessoas de etnia cigana.

À minha cunhada Andreia Sousa, agradeço a ajuda na tradução do resumo e também o incentivo dado durante a realização de todo este projeto.

Agradeço, também, a minha amiga Sofia Pereira toda a disponibilidade sempre que lhe solicitei ajuda.

Um profundo agradecimento à minha amiga de luta e de trabalho, Ana Lúcia, que foi o principal motor para que eu não desistisse deste projeto. A ela devo muito do seu tempo para me ouvir e da sua imensa paciência, mas acima de tudo a sua capacidade crítica, o que contribuiu para a concretização deste estudo.

Por último, à minha família um agradecimento especial. À minha esposa Sara Fernandes pela compreensão nas horas de maior stress e pelo apoio moral. Aos meus filhos, Beatriz e Diogo Fernandes pela companhia e pela ajuda nas tarefas de casa. À minha filha bebé Gabriela, pela alegria que me conforta o coração e me dá ânimo para continuar a fazer melhor todos os dias.

Para terminar, a todos os meus amigos que lidaram comigo neste último ano o meu agradecimento e reconhecimento pelo apoio e sobretudo pela paciência.

Resumo

Após o 25 de Abril de 1974 Portugal assistiu a transformações de nível político e social com a implementação do sistema democrático, de que a universalidade e a igualdade de direitos são pilares fundamentais. Neste quadro, tornou-se central a preocupação em combater as situações de desigualdade e de discriminação, tendo sido traçadas políticas públicas de apoio aos grupos sociais mais desfavorecidos.

Desta forma, esta dissertação visa estudar um grupo particularmente vulnerável na sociedade portuguesa, a comunidade cigana, duplamente penalizado pelas suas diferenças culturais e pela exclusão sócio-económica. Para além disso, a investigação procura realçar as dificuldades que a etnia cigana enfrenta para uma inclusão mais plena junto da sociedade maioritária.

Por se tratar de uma etnia com um modo de vida específico e que revela problemas de integração numa cultura dominante, é importante analisar os impactos dos apoios sociais nos indivíduos de etnia cigana, bem como se estas políticas sociais causaram mudanças consideráveis no modo de vida deste etnia tendo em vista o combate à pobreza e exclusão social.

Deste modo foi desenvolvido um estudo sustentado numa pesquisa bibliográfica e no estudo empírico de duas comunidades ciganas do concelho de Barcelos, a partir de uma abordagem metodológica de cariz qualitativo .

Deste estudo ressalta como principal resultado que os indivíduos de etnia cigana estão afastados da sociedade por causas associadas às diferenças culturais, à dependência do Estado e à pobreza. É também visível que as políticas públicas têm sido pouco eficazes no combate à exclusão e à pobreza, bem como na prevenção de novas situações de exclusão social.

Palavras-chave: etnia cigana, apoios sociais, inclusão, políticas sociais.

Abstract

After the Revolution of April of 1974, Portugal has assisted to several transformations at both political and social levels due to the implementation of the democratic system, which is based on the universality and equality cornerstones. In this context, the combat against inequality and discrimination have become major issues. Indeed, several public policies aimed at fostering and supporting the most disadvantaged social groups has been established ever since.

The present study aims, precisely, at studying a particularly vulnerable group of the Portuguese society, the Roma community. This particular group has been doubly penalised by both their cultural differences and also due to the socio-economic exclusion. Furthermore, this investigation also aims to highlight the difficulties of this group while seeking full inclusion in the majority society.

Due to the fact that Roma have a very specific way of living and also because they have shown to have integration problems in a dominant culture, it is pertinent to analyse the impact of the social support measures on the Roma individuals, as well as if these social policies have caused considerable changes in their way of living, especially in terms of fighting poverty and social exclusion.

Henceforth, the present study was based on a bibliographic search and in an empirical study of two gypsy communities from the municipality of Barcelos following a qualitative methodological approach.

This study clearly identifies as a main result the fact that the Roma individuals are apart from the society due to reasons associated with cultural differences, state dependency and also due to poverty. Additionally, it is also clear that public policies had limited efficiency towards fighting exclusion and poverty, and also on preventing the occurrence of new social exclusion situations.

Keywords: gypsy ethnicity; social support; social integration; social policy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
1. A Etnia Cigana em Portugal	12
2. Grupos Minoritários e Identidade.....	13
3. Traços Culturais Ciganos	15
4. Discriminação da Etnia Cigana em Portugal	17
5. Análise Crítica das Políticas Sociais.....	20
5.1. Intervenção Social: entre o desconhecimento e o preconceito	21
5.2. Políticas Sociais e Integração	23
6. Os Ciganos e o RSI: uma relação tensa	27
CAPÍTULO II METODOLOGIA	
1 .Justificação ao nível social, académico e pessoal	32
2. Plano de Pesquisa Empírica.....	33
3. Perspetiva e Opções Metodológicas.....	34
CAPÍTULO II ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	
1. Caracterização da Comunidade Cigana de Barcelos	38
2. Caracterização dos Entrevistados da comunidade cigana.....	41
3. Caracterização dos Técnicos Entrevistados.....	45
4. Análise das Condições Sociais da Comunidade	46
4.1. Integração da Comunidade Cigana	46
4.2. Educação da Comunidade Cigana	49
4.3. Apoios Sociais	52
CONCLUSÃO	56

BIBLIOGRAFIA	59
LEGISLAÇÃO	65
ANEXOS	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Acesso ao acampamento	38
Figura 2. Acesso ao acampamento	38
Figura 3. Vista geral do acampamento	40
Figura 4. Condições de habitabilidade	48
Figura 5. Condições de habitabilidade	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade dos Entrevistados	41
Gráfico 2. Estado Civil dos Entrevistados	42
Gráfico 3. Profissão dos Entrevistados.....	43
Gráfico 4. Naturalidade dos Entrevistados	44
Gráfico 5. Escolaridade dos Entrevistados	44

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização dos Técnicos Entrevistados	45
--	----

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ACIDI	Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME	Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas
ACM	Alto comissariado para as Migrações
CEI+	Contrato de Emprego e Inserção
CLASB	Conselho Local de Ação Social de Barcelos (CLASB)
CONCIG	Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
CQEP	Centros para a Qualificação e Ensino Profissional
ERRC	European Roma Rights Centre
GACI	Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas
GIP	Gabinetes de Inserção Profissional
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
ONU	Organização da Nações Unidas
PAQPIEF	Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF
PER	Plano Especial de Realojamento
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Rendimento Social de Inserção
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UE	União Europeia
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Ativa

Introdução

O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito de Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade, intitula-se *Desafios de uma comunidade minoritária – os apoios sociais na comunidade cigana de Barcelos*. Constitui-se como o culminar de um processo de aprendizagem, de reflexões e interrogações, que me levaram de ideias pré-concebidas, tanto pessoais como profissionais, até uma perspetiva tão objetiva e imparcial quanto possível, ancorada no conhecimento teórico e empírico produzido no campo das ciências sociais.

Esta investigação tem como principal objetivo avaliar de que forma os apoios sociais disponibilizados em diversos quadros institucionais induzem transformações na comunidade cigana, considerada minoritária e vista como marginal em relação à sociedade dominante. Além disso, com este estudo pretendo também considerar os anseios e necessidades da comunidade cigana de Barcelos, dando voz a esta comunidade na sua interação com a comunidade não-cigana. Outro dos objetivos é perceber o que estas comunidades sentem como mais urgente, de forma, a permitir mudanças que levem esta comunidade a uma integração mais plena e visível.

Para aferir e compreender melhor a problemática que pretendemos estudar, dividimos a nossa investigação em três capítulos. O primeiro capítulo sintetiza a revisão bibliográfica realizada em torno dos temas mais importantes no âmbito desta investigação. Esta leitura crítica da bibliografia pretende situar e discutir conceitos e associar as políticas sociais à problemática mais global que se relaciona com a integração das minorias no território nacional. Segundo Carmo & Ferreira (1998) esta técnica é fundamental para o processo de investigação para que o investigador recolha informação de trabalhos anteriores, lhe acrescente algum valor e os transmita à comunidade científica para que os outros possam fazer o mesmo.

Assim, a primeira parte do capítulo um aborda uma perspetiva mais histórica da origem da etnia cigana, bem como uma caracterização dos traços culturais que esta etnia evidencia. Também se faz uma abordagem aos problemas que estes enfrentaram no decorrer do tempo, assim como na dificuldade que a etnia cigana tem para se fazer reconhecer junto de uma sociedade marcada cada vez mais pelo capitalismo, onde o interesse associado ao dinheiro impera, junto de normas e valores como a solidariedade e igualdade de oportunidades. Já na segunda parte deste capítulo faz-se uma análise crítica das políticas públicas assim como o impacto destas junto da etnia cigana. Ainda neste capítulo é feito uma referência ao Rendimento

Social de Inserção e de que forma este pode ser fator de inclusão ou não para a etnia cigana.

No segundo capítulo abordamos o processo metodológico. Neste descrevemos os instrumentos que utilizamos na nossa investigação e que estruturam os procedimentos de recolha e tratamento de dados fundamentais e necessários para a sua concretização.

No nosso entender, consideramos a metodologia qualitativa a mais indicada para a nossa investigação, uma vez que, segundo Flick (2005), esta é particularmente importante quando se pretende compreender as relações e os fenómenos sociais, com é o caso do nosso estudo. Tendo em conta a metodologia aplicada, o método que consideramos mais pertinente foi o estudo de caso, que foi devidamente auxiliado por técnicas, onde se destaca a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada, a observação participante e não participante.

No terceiro capítulo, caracterizamos a comunidade cigana de Barcelos assim como algumas das suas particularidades. Neste capítulo fazemos também uma caracterização dos ciganos entrevistados bem com dos técnicos que entrevistamos e que trabalham no concelho junto da comunidade cigana. Por último, neste capítulo analisamos e discutimos os resultados que conseguimos obter através da nossa investigação. Esta informação foi resultado da colaboração dos ciganos entrevistados e dos técnicos que disponibilizaram algum do seu tempo para responder às entrevistas.

Na conclusão desta investigação abordamos os resultados obtidos e apresentamos algumas observações finais referentes às linhas conclusivas mais importantes, no que se refere a aplicação dos apoios sociais, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção, junto da comunidade cigana de Barcelos.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A Etnia Cigana em Portugal

Os ciganos encontram-se em Portugal há 500 anos. São oriundos do Nordeste da Índia e começaram as suas migrações por volta do século III. Fizeram longas caminhadas, atravessaram muitos países, onde muitos grupos foram ficando, enquanto outros continuavam e avançavam para outros territórios. Pela sua diferença foram afastados da sociedade dominante, pois o desconhecido tende a ser rejeitado. As relações não foram então pautadas pela confiança, uma vez que a sociedade maioritária teve pouca consideração por um povo com uma cultura diferente.

Assim, desde muito cedo foram discriminados e marginalizados, obrigados a um isolamento que por um lado os afastou da sociedade maioritária, tornando-os vítimas de exclusão, e por outro lhes permitiu conservar a sua identidade e cultura. Neste sentido, os ciganos são os últimos que conservam um romantismo próprio no que concerne à liberdade do ser humano. Nas palavras de Heredia (1974, p. 317,319) “os ciganos amam a liberdade, eles vivem a natureza como ninguém”.

No que concerne à presença dos ciganos em Portugal, esta data de meados do século XV. De acordo com Gomes (2014, cit. in Mendes, 1998 e 2007), os ciganos são o grupo étnico com o qual a sociedade portuguesa vive em contacto direto há mais tempo. Na perspetiva de Cortesão (1995), as primeiras notícias referentes à etnia cigana são pejorativas, e mostram-na como hostil. Este facto foi perdurando, de acordo com a autora, ao longo dos séculos.

Em Portugal, o conhecimento científico acerca do grupo étnico cigano é até ao momento bastante escasso. Tal facto justifica-se porque estamos perante um grupo considerado minoritário, que se distancia culturalmente da sociedade maioritária. Este distanciamento é um facto cultural que tem vindo a aumentar numa sociedade com graves problemas de exclusão e desigualdades sociais. A comunidade cigana, como grupo cultural minoritário, está a ser fortemente atingida por estes processos.

A exclusão social constitui um fenómeno multidimensional, ou seja, um conjunto de fenómenos sociais que interligados levam à exclusão dos indivíduos. Do ponto de vista sociológico, a exclusão não resulta apenas dos fenómenos individuais, mas também da falta de coesão social global (Lamarque, 1995, cit in, Dias, 2006). De acordo com Fernandes (1995, p. 16), a exclusão contribuiu, de forma notória, para a privação de recursos sociais e materiais arrastando “para fora ou para a periferia da sociedade todos aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes”. Neste sentido, a exclusão agudiza as desigualdades sociais

entre os indivíduos, o que resulta numa participação social insuficiente, contrária ao conceito de integração social (Capucha, 1998).

Assim, as desigualdades sociais atuais, a que se associam as de género e de etnia, são resultado da estruturação social por classes. A multiculturalidade da sociedade atual, que se intensificou devido ao processo de globalização, colocaram, de acordo com Perotti (1997, cit. in Casa Nova, 2002, p. 39) em “evidência a diferenciação por etnicidade por relação ou em oposição à diferenciação por classes sociais, ou pelo menos, tende a ser-lhe acrescentados”.

De acordo com Pierucci (1990:11), a ideia de que “os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e portanto não podem ser tratados como iguais” foi apregoada pelos conservadores em oposição às ideias de igualdade dos teóricos progressistas do século XVIII, com o objetivo de justificar hierarquizações e reclamar segregação, explicando e legitimando assim as desigualdades sociais existentes.

2. Grupos Minoritários e Identidade

Para um melhor enquadramento das especificidades próprias da comunidade cigana, é importante sistematizar algumas ideias centrais sobre questões genéricas que se prendem com os conceitos relacionados com grupos étnicos minoritários e de identidade.

Neste sentido importa realçar que o conceito de etnia ainda é alvo de muita indefinição. No âmbito das Nações Unidas, a primeira tentativa foi desenvolvida em 1950, pela sub-comissão para a prevenção da discriminação e proteção das minorias, que definiu minoria como um conjunto de pessoas não dominantes com características religiosas ou linguísticas próprias junto da população dominante. Por sua vez, em 1979 um trabalho divulgado por Francesco Capotorti definiu minoria como um grupo de pessoas que, embora façam parte de um mesmo país, têm características diferentes da restante população. Por isso, estas minorias são consideradas inferiores em relação ao grupo maioritário. No ano 1985, o canadiano Jules Deschênes, a partir de estudos já realizados, definiu minoria como um grupo de cidadãos de um país com características étnicas, religiosas e linguísticas distintas da maioria da população. Jules Deschênes realça ainda que a minoria deve lutar por igualdade de oportunidades junto das autoridades do país (Nacões Unidas, 2008).

Em sociologia e segundo Giddens (2008), os elementos de um grupo minoritário partem de condições desiguais em relação ao grupo maioritário. Por isso, têm um maior sentido de

solidariedade de grupo. O facto de serem discriminados e alvo de preconceitos torna os grupos minoritários mais unidos e com objetivos comuns. Neste sentido, os sociólogos, sobre o conceito de minoria, realçam a posição do grupo e a sua subordinação ou não em relação a outro grupo. Desta forma a representação numérica não é fator essencial, até porque podemos ter uma minoria numericamente superior à maioria da população. Giddens destaca que os grupos minoritários tendem muitas vezes a ver-se como diferentes da maioria. Por norma estão socialmente afastados da sociedade dominante. Ainda segundo Giddens, o termo “minoria” pode ser por si só discriminatório quando expressa o preconceito relativamente a um grupo visto como inferior.

Tendo em consideração a reflexão produzida sobre este assunto, as Nações Unidas propõem o seguinte conceito de minoria:

“Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não-dominante, cujos membros - sendo nacionais desse Estado - possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstrem, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua.”

Apesar desta definição, a questão das minorias é muito sensível tendo o Estado um papel predominante para reconhecer um grupo que apresenta fatores distinguíveis quer nos traços físicos, históricos, linguísticos, como em hábitos culturais distintos da maioria da população.

Para Cortesão (1995), a partilha de uma tradição cultural é normalmente aceite como um dos elementos incontornáveis na construção de definição de etnia. A unidade de um grupo está relacionada com fatores como a língua, a religião, o território, a alimentação e hábitos próprios da sua tradição. Por isso, a consciência coletiva é o fator fundamental para assegurar a união e coesão dos grupos minoritários. Como tal, alguns desses fatores como a “raça”, a língua, a nacionalidade e a religião diferenciam os grupos de indivíduos minoritários dos majoritários (Rex, 1998). Os grupos só são minorias quando reconhecem e são reconhecidas as suas diferenças em relação aos outros. Saliente-se que quanto maior for a perceção das diferenças entre a comunidade étnica e a sociedade em geral, mais tendem a acentuar-se as situações de exclusão, marginalização e pobreza.

No entanto, é importante realçar que a etnia cigana é um grupo social e culturalmente múltiplo e dinâmico no seio da sua própria comunidade (Cortesão, 1995). Apesar de apresentarem semelhanças ao nível da estrutura e organização social, as múltiplas comunidades ciganas

divergem entre si consoante a sua situação socioeconómica e com as próprias origens da comunidade, ou mesmo com o facto de algumas comunidades serem nómadas e de outras viverem em bairros de habitação social.

A este respeito, Liégeois (1989, p. 46) salienta que,

“ (...) os ciganos formam no mundo um mosaico de grupos diversificados, o que nos leva a formular duas considerações essenciais. A primeira é que um mosaico constitui um conjunto cujos elementos, em certos aspetos, estão interligados, contribuindo essas ligações para a organizar e estruturar, mesmo se a estrutura não for rígida, como neste caso, mas mutável. A segunda é que cada elemento do conjunto possui características próprias que o fazem aparecer, isoladamente, como diferente de cada um dos outros elementos do mosaico”.

Assim, uma vez que os ciganos têm uma história, cultura e linguagem própria são considerados um grupo étnico. Todos os fatores supramencionados, assim como a partilha de valores, dota os ciganos de uma cultura e identidade distinta (Dias, 2006).

Como refere Saint Maurice (1997, cit. in Dias, 2006, p. 27),

“é no processo de comparação social que os indivíduos detetam semelhanças entre os membros do seu grupo (*ingroup*) e diferenças entre o seu grupo e os outros grupos (*outgroup*). O indivíduo, ao identificar-se com o grupo, identifica-se com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se dissocia das características que imputa ao outro grupo”.

“A construção social das identidades é um processo eminentemente relacional, em que predomina a sobreposição de pertenças diversas” (Machado, 1994, cit in, Mendes 2012).

3. Traços Culturais Ciganos

A questão “quem são os ciganos” é antiga. De acordo com Mayall (2014, cit. in Magano, 2012, p. 251), “os ciganos são, geralmente, contestados pelas sociedades em que vivem, sendo construídas representações negativas sobre eles. Por outro lado, frequentemente são acusados de manterem uma identidade social e pessoal diferente da normal, com associação a traços entendidos como desviantes (“não trabalham”, “são sujos”, “são violentos e agressivos”, etc.)”.

Para Fraser (1997), ao longo dos tempos, apesar dos ciganos estarem constantemente expostos a múltiplas pressões e influências, conseguiram preservar a sua identidade e demonstraram capacidade de sobrevivência e adaptação. Neste sentido e em paralelo com a história de exclusão, existem também histórias que reportam uma integração; exemplo disso são os ciganos que desenvolveram as suas atividades económicas, que estão inseridas no espaço habitacional, que fizeram a escolarização, etc.

Todavia, de acordo com Magano (2010), não podemos pensar na integração da comunidade cigana como se se tratasse de um grupo homogéneo, com uma única identidade. Fernandez (2001, cit. in Magano, 2010) vai ao encontro da ideia referida anteriormente e menciona que o facto de os ciganos nunca terem competido com outros grupos sociais dificulta a integração na sociedade maioritária. O autor explica que os ciganos viveram sempre afastados do progresso económico e social o que fez com que se fossem afastando da sociedade envolvente.

Quanto à cultura desta comunidade, e conforme alguns autores (Mendes, 2007; Lopes, 2008 e Casa Nova, 2009), existe uma certa concordância relativamente a alguns traços culturais ciganos. Exemplo disso é a tradição, a língua, e até mesmo a valorização da idade e da experiência, que são princípios estruturantes no modo de agir dos ciganos. Para além disso, estes respeitam os mortos, o valor da palavra dada e a proteção das crianças. A identidade cultural dos ciganos é alicerçada numa organização social onde a família é central e na qual homens e mulheres cumprem papéis sociais distintos.

Segundo Magano (2012, p. 260) “Este conjunto de valores e outros contribui para a manutenção da hierarquia no seio da família e para a preservação da autoridade no grupo, o que favorece o reforço da identidade dos ciganos enquanto grupo.” No que respeita à sociedade portuguesa, e segundo Nunes (1996), a situação é semelhante, o que tem contribuído para que os ciganos continuem a ser conhecidos como uma das minorias mais distintas da cultura dominante.

As comunidades ciganas, enquanto grupo social em processo de interação e com o decurso do tempo, vão sofrendo mudanças ao nível dos seus estilos de vida e dos próprios valores, nomeadamente no que se refere à educação, ao trabalho e ao consumo, pelo que ocorre um processo de aculturação com apropriação de algumas práticas da sociedade onde estão inseridos (Silva, 2005).

O contacto entre duas culturas, a cigana e a maioritária, resulta de um processo, isto é, de uma contínua mudança com um determinado rumo e que poderá acabar na absorção da cultura

minoritária pela mais progressiva. Segundo Nunes (1996), este processo começa com a troca ou aceitação de elementos materiais das culturas em contacto. É normal ver os ciganos a vasculhar no lixo, pois encontram uma quantidade de objetos que são rejeitados pelo grupo maioritário mas ainda utilizáveis por eles (latas para cozinhar, bidons para armazenar água, plásticos para abrigos, etc.). Nesta interação social pode observar-se uma acomodação, ou seja, uma modificação externa para se adaptar às necessidades da coexistência na sociedade maioritária em que os ciganos estão incluídos. Por outro lado, verificamos também uma assimilação que corresponde às modificações que ocorrem ao nível individual, de tal forma que os indivíduos da comunidade cigana adquiram comportamentos do grupo maioritário onde estão inseridos, nomeadamente através da escolarização, mesmo que reduzida.

4. Discriminação da Etnia Cigana em Portugal

O grupo étnico cigano que vive no território português subsiste numa situação multissecular de discriminação étnica incessantemente perpetuada, onde, de acordo com Bastos (2003, cit. in Pereira, 2008, p.31) o Estado português tem trabalhado como “agressor histórico, abusando da sua posição de supremacia para impor de forma contumaz medidas claramente desproporcionadas, abusivas e fortemente lesivas dos ciganos portugueses as quais conduziram à situação em que estes se encontram atualmente, bem conhecida dos ciganos e de todos os que mais de perto convivem com eles”.

Quando Gil Vicente fez representar a sua *Farsa das Ciganas*, em 1521, na cidade de Évora, este mostrou que os ciganos eram um povo muito conhecido, devido à posição social que apresentavam na altura (Bastos, 2003, cit. in Pereira, 2008). Em relação à peça de Gil Vicente, Fraser (1998, cit in, Pereira, 2008, p. 31) acrescenta que esta “tem apenas oito personagens, todas ciganas. Quatro das personagens são do sexo do masculino e encarregavam-se da venda de cavalos. As restantes quatro personagens são do sexo feminino, que descritas como cristãs, dedicavam-se à mendicidade pedindo esmolas nas ruas. Os ciganos entraram em Portugal pelo Alentejo através da fronteira com a Estremadura espanhola e, segundo Coelho (1995), terá sido no Alentejo que Gil Vicente iniciou o estudo dos ciganos, fazendo representar a peça *Farsa das Ciganas*.

Na mesma época, em 1525, pedia-se ao Rei providências contra os ciganos (Mendes,

2005). Este grupo de gente nómada foi desde muito cedo alvo de desconfiança por parte das pessoas que representavam a sociedade maioritária, culturalmente homogénea. Os ciganos eram diferentes, desde logo pelo uso de uma língua desconhecida, impercetível para a maioria das pessoas. Para além disso os ciganos vestiam-se de forma diferente e exótica para o padrão da época e apresentavam comportamentos específicos, características únicas que os diferenciavam da restante sociedade. Rapidamente estes costumes e hábitos justificaram a criação de leis que se pronunciaram no sentido da “exclusão e concomitantemente da reclusão forçada por parte da sociedade envolvente” (Mendes, 2005, p. 52).

Sobre os ciganos recaíram, através dos séculos, medidas persecutórias e de exclusão. Além da expulsão, da condenação às galés e da pena de morte (séc. XVI), a partir do século XVII acentuam-se as tentativas forçadas de assimilação que passaram pela proibição do uso de roupas tipicamente ciganas, da linguagem cigana e da mendicidade. Também as punições, como os açoites públicos e a deportação para o Brasil, se acentuaram. “As medidas de reclusão são orientadas sobretudo por interesses de ordem funcional, preconizando o degredo e a desagregação das famílias ciganas em ordem à sua perda de coesão interna e à sua adaptação à sociedade abrangente” (Mendes, 2005, p. 52). Costa (1999) segue a mesma linha de pensamento, afirmando que as leis se agravavam contra os ciganos, pois previam penas mais pesadas. Em casos extremos estas podiam levar à divisão das famílias e à sua extinção física, apesar desta ser uma intenção que se encontrava encoberta nos textos legislativos estudados.

Até ao fim da monarquia, em 1910, a situação em Portugal “foi marcada por constantes tentativas de erradicação total ou parcial dos ciganos nómadas, bem como de sedentariedade e de integração cultural compulsiva, as quais se mostraram quase completamente ineficazes” (Bastos, 2003, cit in Pereira, 2008, p.32).

Pelo exposto anteriormente constata-se que, ao longo dos séculos, a imagem que perdura acerca dos ciganos é bastante negativa. Assim, é compreensível que a sociedade maioritária tenha uma imagem depreciativa em relação a este grupo de indivíduos. Esta imagem negativa poderá basear-se no desconhecimento da realidade cigana. Desta forma, de acordo com Sousa (2002, p. 60), “Os ciganos são pouco conhecidos. Na realidade o que se manifesta mais em relação a eles é um certo *romantismo* ou *alarmismo*, e o pior é que na maior parte das vezes a realidade é largamente ultrapassada pelo imaginário” (Sousa, 2002, p. 60).

Assim, a maioria dos portugueses herdou, dos antepassados, um conjunto de estereótipos em relação à etnia cigana. De acordo com o autor supramencionado, o preconceito e a

discriminação contra os ciganos foi acentuado, em grande parte, através dos meios de comunicação social. Porém, o autor enfatiza que as imagens que a sociedade majoritária tem dos ciganos afastam-se, em geral, da realidade. A etnia cigana é vista atualmente como um grupo marginalizado, a quem se associa representações negativas, como a delinquência, a mendicância e até mesmo o tráfico de drogas. Por tudo isto, Gomes (2014) refere que a maioria dos ciganos se encontram desvinculados da restante sociedade. Contudo, Sousa (2002) refere que as atitudes consideradas menos negativas, e que poderão eventualmente levar à integração destes indivíduos, expressam-se sobretudo pela curiosidade acerca dos seus costumes. Jesuíno e Faisca (2006, cit in, Pereira, 2008, p.33) consideram que: “ o convívio de 500 anos não parece ser ainda suficiente para estabelecer as bases de uma aceitação mútua”

O estudo realizado por Jesuíno e Faisca (2006, cit in, Pereira, 2008) apresenta como objetivo principal a caracterização das imagens dos ciganos disseminadas na sociedade portuguesa. Neste estudo é visível que os portugueses rejeitam os ciganos relativamente às outras etnias ou outras minorias presentes em território nacional e envolvidas neste estudo: os *negros*, os *indianos* e os *chineses*.

No inquérito era pedido aos inquiridos que avaliassem as atitudes dos portugueses para com os grupos acima mencionados. Solicitou-se que, em pares de duas etnias, os portugueses referissem aquela de que menos gostavam. Para os inquiridos o grupo que os portugueses rejeitam em primeiro lugar são os *ciganos*, de seguida os *negros*, os *indianos* e finalmente os *chineses*. Em termos estatísticos, a diferença entre os *ciganos* dos *negros* era semelhante à que separava os *negros* dos *chineses*. Os *ciganos* ocupavam, desta forma, uma posição destacada, pela negativa, em relação aos outros grupos étnicos.

Os resultados dos estudos referidos revelaram uma apreciável variação, como os autores já previam, ainda que as atitudes negativas e mesmo as de clara rejeição/exclusão predominassem. Os elementos da comunidade cigana são caracterizados tanto como “feios, porcos e maus”, como “traficantes de drogas” e “perigosos” (Jesuíno e Faisca, 2006, cit in, Pereira, 2008).

Uma outra forma de discriminação é a imposição de um tratamento igual, sem respeito pelas diferenças culturais. Na educação, são transmitidos conteúdos programáticos e valores sociais como forma de assimilação cultural, desvalorizando o conjunto de valores, crenças e padrões de comportamento com que se identifica este grupo minoritário. A criança cigana arrisca-se a sair “sem raízes” da escola e sem poder enraizar-se ao sair dela.

Como anteriormente foi mencionado, os ciganos encontram-se entre a população portuguesa desde meados do século XV, em condições de existência bastante difíceis. A política seguida por Portugal em relação aos ciganos é discriminatória na medida em que tende a negar a sua cultura. Assim, a vontade dos ciganos preservarem a sua cultura contribuiu para que estes tivessem receio que os filhos frequentassem as escolas, pois esta podia ser um meio de aculturação (Perotti, 2003, cit in, Pereira, 2008).

5. Análise Crítica das Políticas Sociais

As políticas sociais resultam de um conjunto de relações e estratégias que, observadas em momentos e contextos históricos específicos, decorrem do processo de mudanças sócio-económicas no sistema capitalista e partilham das modificações ocorridas na relação entre Estado e sociedade como resultado da mediação de suas forças, o que implica decisão e escolha nas estruturas de poder (Pereira cit. in Rodrigues, 1999).

As políticas sociais são diferentes ações que pretendem aumentar o bem-estar global da sociedade e assegurar os direitos sociais dos cidadãos, desde o trabalho à formação, passando pela educação e habitação (Montagut, 2000, cit. in Esteves, 2007).

Se fizermos uma pequena análise da definição de políticas sociais, encontramos alguns autores como Spicker (1995, cit in, Esteves, 2007), que enfatiza a dimensão política das políticas sociais para além da sua orientação para as questões sociais e de bem-estar. O facto de falar sobre política remete-nos para a necessidade de conhecer e compreender os modelos políticos (e a estes associados os económicos) que fazem parte da história de cada país. Segundo Andersen (2001, cit in. Santos, 2003), as políticas sociais são um meio para entender a própria história das sociedades capitalistas.

Por seu lado, na perspetiva Ian Gough (1997, cit in, Esteves, 2007) as políticas sociais têm de estar em relação com vários agentes e interesses, os indivíduos e o seu interesse de bem-estar, mas também o mercado. São portanto entendidas como um jogo de interesses com muitas contradições.

Relativamente às políticas públicas importa destacar as principais medidas de política social e também as áreas com menor ou maior cobertura por parte do Estado português nas últimas três décadas. Conforme o artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, as medidas de políticas públicas são universais, não existindo, por isso, medidas específicas de acordo com

as origens sociais e culturais dos diferentes cidadãos. Neste sentido, as pessoas ciganas podem delas usufruir e beneficiar, tanto ao nível das políticas públicas de habitação, de saúde, da proteção e apoio social às famílias, da área da educação e do emprego e formação profissional. No entanto, estas medidas são mais visíveis nas áreas da habitação, proteção e apoio social às famílias e educação e, ao invés, há domínios em que as medidas são mais escassas, como é o caso, por exemplo, das áreas do emprego e formação e da justiça.

No que diz respeito a projetos específicos e no contexto do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) surgiu o Projeto Mediadores Municipais com o objetivo central de melhorar o acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais, mas também facilitar a comunicação entre grupos culturalmente diferenciados, traduzir os conteúdos da interação, prevenir e gerir conflitos (ACIDI, 2011; ACIDI, s/d). É também objetivo deste projeto criar sinergias locais, sendo os Municípios os dinamizadores privilegiados (ACIDI, s/d).

De acordo com Castro (2011), os objetivos específicos do projeto são: motivar a comunidade cigana para a frequência de programas de educação parental; envolver a comunidade cigana no desenvolvimento de ações de educação e no treino de competências pessoais, sociais e profissionais, baseadas em metodologia de projeto; motivar as crianças e jovens à frequência assídua da escola na idade escolar preconizada; capacitar a comunidade escolar para a adoção de estratégias de inclusão escolar; promover a valorização da aquisição de conhecimentos da comunidade cigana; facilitar a intervenção multidisciplinar; desenvolver intervenções inovadoras/criativas com a comunidade cigana; rentabilizar os recursos técnicos humanos e materiais dos vários parceiros/ entidades.

5.1. Intervenção Social: entre o desconhecimento e o preconceito

A implementação da democracia em Portugal permitiu um reconhecimento mais visível da igualdade no que diz respeito aos direitos de cidadania. Contudo, passados mais de 40 anos, ainda se verifica uma distinção e desigualdade entre as condições de vida das pessoas de etnia cigana e os restantes cidadãos portugueses.

Em Portugal, e segundo Magano (2014), as instâncias oficiais têm oscilado sobretudo entre o desconhecimento (sobre os seus modos de vida, a sua dimensão demográfica e o seu contributo social, cultural e económico) e o não reconhecimento. Neste sentido, surge a necessidade de se realizar um diagnóstico social profundo que permita delinear medidas ajustadas, de modo a gerar transformações sociais.

Como ainda nos dias de hoje existe uma dificuldade na afirmação e no reconhecimento dos ciganos, este desconhecimento limita e de certo modo inferioriza a comunidade cigana, afetando-a negativamente. Pelo facto de não conhecermos ou então conhecermos incorretamente estas comunidades, pode traduzir-se em imagens limitativas, falseadas, de inferiorização e de desprezo, afetando e limitando negativamente a vida destas pessoas, o que por si só é motivo e se configura como mais uma forma de domínio sobre os ciganos (Taylor, 1998).

Uma parte significativa das instituições ainda não reconhecem a etnia cigana, aliás muitas destas instituições tendem a categorizá-los como “nómadas”, definindo estas comunidades como um problema social e acusando-as de parasitismo económico e social, conferindo a esta etnia comportamentos anti-sociais impróprios de uma sociedade com regras (Lopez e Fresnillo, 1995 cit in, Magano e Mendes, 2014).

De acordo com, Lopes (2008) e Magano (2010), os ciganos são considerados atrasados em relação à sociedade maioritária. Sublinhe-se que mesmo entre os grupos da mesma etnia existem diferenças, uma vez que existem elementos desta etnia que se adaptam melhor aos desafios das sociedades modernas.

Toda esta falta de reconhecimento, e perante a urgência do conhecimento real da situação dos ciganos portugueses, é de realçar as audições públicas realizadas pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, através da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (2008), tendo originado o *Relatório das audições efetuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*.

Atualmente, os ciganos são um dos principais alvos de racismo e de discriminação nas sociedades modernas, consequência de ainda serem considerados um grupo étnico pobre, com precárias condições de habitabilidade e com poucas habilitações escolares (Comissão Europeia, 2004; Mendes, 2007; ERRC/Númena, 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007, cit. in Magano e Mendes, 2014). Importa referir que as medidas e políticas sociais públicas nacionais orientam-se pelo seu carácter geral e universalista, por isso na maioria das vezes são pouco apropriadas às características e necessidades básicas desta população (Magano 2014).

5.2. Políticas Sociais e Integração

Em Portugal, no ano de 1995 é fundado o ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) com o objetivo de “promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.” (Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25).

Em 2007 existe uma alteração na designação de ACIME, passando a ser reconhecida como Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio). Em 2014, esta instituição passou a denominar-se de Alto Comissariado para as Migrações (ACM) (Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 fevereiro), secundarizando a questão da diversidade cultural e das minorias étnicas na sua missão.

Com a aprovação da resolução de 9 de março de 2011, o Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adotarem uma estratégia europeia para a integração das pessoas de etnia cigana. Neste contexto, e no sentido de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs a definição de estratégias nacionais de integração dos ciganos ou, no caso de estas já existirem, adaptá-las para atingir os objetivos da União Europeia (UE) em matéria de integração dos ciganos. Os objetivos da UE assentam em quatro domínios fundamentais, considerados eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, aos cuidados de saúde, ao emprego e à habitação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, Diário da República 1.ª Série, n.º 75).

Relativamente ao eixo da habitação, é reforçada a necessidade de se promover um acesso equitativo à habitação, não esquecendo a habitação social. Nesta dimensão importa reforçar que, existem ciganos que dado serem reconhecidos como “nómadas forçados” ainda não têm acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos (Nicolau, 2010; Comissão Parlamentar, 2008 & Correia, 2012).

Em 1993 foi lançado o Plano Especial de Realojamento (PER) criado como uma solução face às carências habitacionais, com a finalidade de proceder à erradicação das barracas e ao

realojamento das respetivas famílias (Decreto-Lei n.º 163/1993, de 7 de maio). É de salientar que, com este plano, muitas famílias ciganas foram realojadas em bairros de habitação social, permitindo a sua sedentariedade, facilitando a convivência quotidiana em contextos interculturais.

Das várias intervenções habitacionais a nível nacional, destacamos duas iniciativas a nível local dirigidas a pessoas de etnia cigana. A primeira é o Centro de Estágio Habitacional de Coimbra, criado em 2004 e financiado pela autarquia, tendo sido considerada uma “boa prática” (Dias, Farinha e Silva, 2009, cit. in Magano 2014) como solução transitória, de “estágio”, para a passagem a um realojamento de longo prazo na cidade (Monteiro, 2009). A segunda iniciativa teve lugar em Santo Tirso, com o desenvolvimento de um projeto piloto para as famílias ciganas de acordo com as tradições – “realojamento étnico” (Santos, 2009).

Em relação à área do emprego, foram criados uma série de programas, na sua generalidade tutelados pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social por norma com financiamento assegurado pelo IEF, que tem como objetivo apoiar a inserção profissional das pessoas que se encontram em situação de desemprego. Neste sentido alguns dos programas criados foram: os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP); a Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA); Contrato de Emprego e Inserção (CEI+), entre outros. De todos estes programas destaca-se os GIP que com a cooperação do centro de emprego contribuem para a inserção ou reinserção dos desempregados. Outro dos programas que se destaca são os CEI+, já que procura a inserção dos desempregados que se encontrem a receber o Rendimento Social de Inserção, para que os desempregados que beneficiam deste apoio possam criar laços de proximidade com o mercado de trabalho.

No que respeita à área da saúde importa referir que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) prevê a gratuitidade e a universalidade no acesso aos cuidados de saúde, de todos os cidadãos residentes em Portugal. Neste sentido em 2012 foi criado o Plano Nacional de Saúde que conseguiu aumentar os ganhos em saúde de toda a população. Tal só foi possível com o empenho sustentado de todos os sectores da sociedade promovendo políticas saudáveis de cidadania onde os direitos e deveres devem andar sempre juntos. Assim foram definidos vários programas de saúde, exemplo disso é o Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, o Programa para a Promoção da Alimentação Saudável, entre outros programas que tiveram como prioridade o aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos nacionais.

Como o Serviço nacional de Saúde é para todos e financiado pelo Estado, a etnia cigana está formalmente conectada com todos os serviços de saúde, podendo recorrer à rede de hospitais

e centros de saúde espalhados pelo território português como utentes.

No que concerne à dimensão da educação e formação, constatamos que a escolaridade tornou-se obrigatória a partir de 1974 até ao sexto ano, tendo sido, posteriormente, prolongada até ao nono e, recentemente, alargou-se ao décimo segundo ano (Lei 82/2009 de 27 de agosto, Diário da República, 1ª Série, n.º 166). No entanto, todos os dados disponíveis apontam para altos níveis de analfabetismo e absentismo escolar dos ciganos portugueses, mesmo em relação aos primeiros seis anos de escolaridade, o que faz supor tratar-se de uma tarefa difícil a concretização dos doze anos de escolaridade (Bastos, 1999).

Em 2007, no contexto do ACIDI é criado um grupo para as comunidades ciganas denominado de Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), onde foram incluídos seis membros das comunidades ciganas. Mais recentemente, na sequência da Estratégia Nacional emergiu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG). Em 2009, foi implementado pelo GACI o Projeto Piloto *Mediadores Municipais*, apoiado pelo Governo português e já com várias edições de formação. Este programa visa melhorar o acesso das pessoas ciganas aos serviços e equipamentos locais, assim como promover a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural e a coesão social, através da colocação de mediadores ciganos nas câmaras municipais.

Outro dos objetivos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI e Governo de Portugal, 2013) é a promoção da conclusão da escolaridade básica de 40% das crianças ciganas do sexo feminino e do sexo masculino até 2016 e de 60% até 2020. É importante realçar que existem dados que mostram que em alguns Estados-Membros, apenas um número limitado de crianças ciganas completam a educação básica.

Existem vários programas que visam fomentar e aumentar o interesse pela escola, destacando-se o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Este programa conta com a sua terceira edição desde 2012, tendo a primeira e a segunda edições vigorado, respetivamente, a partir dos anos de 1996 e 2006. O Relatório de Avaliação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) 2009-2010 mostra progressos animadores, verificando-se menos desistências por parte dos alunos e mais sucesso na conclusão dos estudos (Abrantes, Mauritti e Roldão, 2011). Constatou-se ainda um aumento de professores e de técnicos não docentes contratados, incluindo mediadores socioculturais, muitos deles de etnia cigana.

Uma outra iniciativa é a criação do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), em 1999, tendo sido implementado de forma conjunta pelo Ministério da Educação e do Ministério

do Trabalho e da Solidariedade Social. Destina-se a menores em situação de abandono escolar ou de exploração laboral, que estão sob forte risco de exclusão social. O objetivo é proporcionar a estas crianças uma nova oportunidade de completarem a escolaridade obrigatória e obterem uma certificação escolar e profissional (Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, 4 de setembro de 2012). Em 2012, o programa sofreu alterações, passando a designar-se Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF), tendo como objetivo a promoção da inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente sócio educativas e formativas, de prevenção e combate ao abandono e ao insucesso escolares, com a finalidade de favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens (Diário da República, 1.ª série, n.º 171, 4 de setembro de 2012). Esta medida tem obtido algum sucesso, principalmente ao nível da inserção e retorno de adolescentes ciganas ao sistema educativo.

Relativamente ao programa Novas Oportunidades, o RSI envolve medidas de educação e de formação, como contrapartida do benefício da medida. Neste quadro, medidas do Sistema Nacional de Qualificações permitiram a adaptação dos currículos, assim como o desenvolvimento de estratégias de ensino e modelos para alunos adultos e, em particular, para contextos específicos das comunidades ciganas (Gomes, 2013). Destacam-se entre estas medidas de promoção da inclusão social e do desenvolvimento a Formação para a Inclusão, as políticas dirigidas à qualificação de adultos (desde 2001), que potenciam a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos, o que pode ser visto como um movimento inclusivo (Gomes, 2013) e, ainda o Programa Novas Oportunidades, que visa o desenvolvimento de outras formas de reinserção no sistema de ensino, colocando em prática programas adequados. Em 2014, este programa foi substituído pela Rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP).

Por último, destacamos o Programa Escolhas que é essencialmente um programa público de âmbito nacional vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens oriundas dos contextos socioeconómicos mais vulneráveis (Calado, 2014, p. 60). A primeira fase de implementação do Programa Escolhas iniciou em 2001 e durou até dezembro de 2003, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001. Os seus objetivos iniciais consistiram na prevenção e inserção de jovens dos bairros mais vulneráveis ao crime nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal.

Atualmente, encontra-se em curso a quinta geração do Programa Escolhas 2013-2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012), com a aprovação de 113 projetos, sendo que

cerca de 85 abrangem crianças e jovens ciganos. Entre as ações a desenvolver destaca-se, pelo seu impacto junto dos jovens e das famílias ciganos, a promoção da inclusão escolar e da educação não formal, nomeadamente como um dos cinco eixos prioritários do Programa Escolhas (Calado, 2014, p. 73).

Uma nota sobre estas medidas e políticas públicas sociais é que verificámos que não existem medidas específicas dirigidas a ciganos. No entanto, há diversas medidas gerais que abrangem pessoas ciganas, mas que apresentam resultados pouco concretos, verificando-se alguma incapacidade política para fomentar medidas dirigidas às necessidades das pessoas ciganas. O universalismo das políticas sociais, que visa a dignidade para todos os cidadãos, não tem surtido os efeitos desejados na redução dos níveis de pobreza, exclusão, discriminação e racismo face aos ciganos.

Um aspeto que surge como relevante é a pouca formação de pessoas ciganas, sendo que a aposta na formação de mediadores de origem cigana poderia ser uma via para envolver as escolas, as instituições públicas e as famílias ciganas. Apesar das várias formações de mediadores, existe ainda por resolver a questão do estatuto da carreira profissional, o que bloqueia a possibilidade de inserção profissional.

Embora sejam desconhecidos dados concretos sobre o impacto das políticas públicas, são perceptíveis os efeitos positivos de medidas como o RSI, ao nível do retorno e retenção de crianças, jovens e até de adultos no sistema escolar, pesem embora as limitações ainda existentes. A relação entre as políticas sociais e as políticas de qualificação de adultos pode ser perspectivada como um instrumento poderoso no combate à pobreza e exclusão social (Gomes, 2013).

6. Os ciganos e o RSI: uma relação tensa

O Rendimento Mínimo surge nos anos 1980 em quase toda a Europa; em 1996, Portugal era o penúltimo país da Comunidade Europeia a subscrever esta medida como uma nova política de combate à exclusão social, para chegar onde outras medidas de proteção social não chegaram, até então: permitir às famílias e indivíduos para os quais a medida se dirigia, um nível de rendimento considerado como limiar indispensável para a sobrevivência. (Guerra e Chivas, 1998, cit in, Esteves, 2007)

A implementação desta medida advém não só da preocupação de decisores e legisladores em encontrar formas de apoio às populações pobres, como também da crescente visibilidade do

fenómeno da exclusão social.

É neste contexto europeu que países como Portugal, com problemas estruturais de desemprego, ausência ou insuficiência de rendimentos de famílias e/ou indivíduos e insuficiência da proteção da segurança social, dá em 1996, cumprimento à recomendação de 1992 do Conselho de Ministros da União Europeia.

No nosso país, o Rendimento Social de Inserção (RSI) veio, em 2003, substituir o seu precursor, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Esta última medida, legalmente criada em 1996, foi, numa fase experimental, posta em prática através de um conjunto de projetos-piloto que duraram cerca de um ano. No ano de 1997, a implementação plena do RMG foi acompanhada por um forte dispositivo de avaliação dos seus efeitos.

O atual Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação pecuniária mensal concedida às famílias e aos indivíduos que vivem em situação de grave carência económica. Desta forma, o rendimento social de inserção tem sido importante pois chega mesmo a ser, para muitos agregados familiares, a única fonte de rendimento. Neste sentido, o Rendimento Social de Inserção surge como uma medida para combater a pobreza e promover a integração sendo o Estado o principal ator deste processo.

Por isso, e de acordo com Ramos (2003), é importante que os indivíduos não estejam em situação de exclusão, pois este estado viola o direito essencial para assegurar as mínimas condições de vida de um determinado grupo populacional. Esta ideia de desintegração acarreta desde logo um conjunto de fenómenos e de consequências para as pessoas. Assim, dificulta a integração dos indivíduos numa sociedade moderna e capitalista pautada por valores de referência (Dias, 2006). Por isso, de acordo com o autor supracitado, um dos grupos que sofre com a exclusão social em Portugal são as minorias étnicas, nomeadamente a etnia cigana. Fatores históricos, assim como a reprodução de padrões de geração em geração, contribuem para a exclusão social. A estes indivíduos Pereira (2009) denomina-os como pobres persistentes, presos no ciclo vicioso da pobreza. Segundo este autor, a pobreza e a exclusão social advêm de um conjunto de fatores económicos, sociais, culturais ou mesmo ambientais.

Por isso, a exclusão social está inteiramente relacionada com as situações em que alguns indivíduos estão em posição de desvantagem em comparação com outros cidadãos. Assim, “estar em situação de exclusão, não é ser um “não-membro” da sociedade, mas tendencialmente considerado “não-cidadão”, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados objetivamente direitos de cidadania” (Capucha, 1998, p. 20). Esta ideia é reforçada por Fernandes

(1998) quando este afirma que a sociedade gera situações graves de exclusão que contribuem para a desintegração dos indivíduos na sociedade.

Desta forma, na perspectiva de Pereira (2009), para diminuir este fenómeno é preciso uma articulação com um conjunto de políticas sociais e com os vários parceiros institucionais que trabalham esta problemática.

Todavia, como referido anteriormente, o RSI procura acima de tudo ser uma medida de inclusão para os grupos mais vulneráveis, nomeadamente os ciganos. No entanto, segundo Sousa (2007), os beneficiários do RSI não têm condições para mudar, pois muitos destes estão conformados com as suas vidas. Na mesma perspectiva, Santos (n.d., cit in, Branco, 2003) afirma que a sociedade portuguesa acusa os ciganos de viverem do RSI e de não se esforçarem para trabalhar nem para se inserirem na sociedade. Este contrato é, de acordo com a Segurança Social (2013), uma medida que visa criar as condições mínimas para o acesso às necessidades básicas e, em simultâneo, gerar oportunidades de inserção social.

É precisamente esta apatia de quem é beneficiário do RSI que é alvo de várias críticas. Os ciganos envolvem-se pouco nos projetos de inserção, e para além disso têm pouca motivação para frequentar as mais variadas ações de formação, até porque eles sabem que isso não garante emprego. Outra das críticas mais comuns prende-se com a dependência que este subsídio provoca junto dos elementos ciganos. Estes são frequentemente acusados de abusarem dos subsídios sociais. Segundo esta visão do senso comum, seriam os membros deste grupo que tirariam os maiores proveitos da aplicação do RSI havendo mesmo quem suspeite de uma certa “eticização invertida”, isto é, uma certa discriminação positiva por parte do Estado associada ao aproveitamento ilegítimo por parte dos indivíduos.

Marques (2006 e 2013) e Mendes (2005 e 2012) analisam estas opiniões do senso comum, afirmando que uma grande parte da sociedade maioritária parece manifestar uma certa hostilidade relativamente aos ciganos. Estes são com demasiada frequência acusados de “abusarem” dos subsídios sociais do Estado-Providência, o que constitui, é certo, uma consequência dos ancestrais preconceitos de que têm sido vítimas, mas também, claramente, de uma inoperância na aplicação das políticas sociais. A investigação efetuada pela ERRC/Númena, por seu turno, indicou que existe “uma discriminação institucional e uma desconfiança geral em relação aos beneficiários ciganos da parte dos trabalhadores dos serviços sociais”, ao serem preconceituosos e ao adotarem uma posição de controlo excessivo à fraude (ERRC/Númena, 2007: 54).

Esta ideia é reforçada por Magano (2010), ao considerar que, por exemplo, a integração das crianças no meio escolar aumentou, não tanto pela necessidade de aprender mas sim na obrigação que o contrato de inserção implica. Para diminuir este preconceito em relação aos ciganos Capucha (1998) refere que é importante que as políticas sociais sejam desenvolvidas por todos. Só desta forma é possível trazer para o seio da discussão uma visão diferente das pessoas mais desfavorecidas, para desta forma se poder construir uma sociedade mais inclusiva. Capucha (1998) refere ainda que “os processos de inserção, corretamente intervencionados, possibilitarão não só a integração no sistema social como também potenciarão a participação das pessoas exigindo o seu desenvolvimento.”

Por outro lado, Madeira (n.d., cit. in Rodrigues, 1999) refere uma política de intervenção a três níveis. Em primeiro lugar, relacionada com a proteção, ou seja o sistema tem que ser ao mesmo tempo eficaz e eficiente e só assim a Segurança social conseguirá promover qualidade em todo o processo. Outro ponto destacado é a integração. É preciso adequar as iniciativas aos grupos ou a problemas específicos sendo também necessário criar organizações de base associativa. Por último, é importante trabalhar na área da prevenção para que se possam desenvolver medidas de avaliação e investigação social importantes para definir estratégias a fim de intervir junto dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

No estudo realizado por Esteves (2007) é enfatizado a importância de uma competência ativa de todos os intervenientes no processo, pois só assim é possível garantir uma maior cidadania para todos. A autora refere que as entidades que trabalham nesta problemática precisam unir esforços, criar objetivos concertados e práticos, pois só assim faz sentido falar numa participação coletiva e democrática, colocando em foco os direitos cívicos, sociais e políticos que vão permitir o desenvolvimento de competências nos indivíduos e grupos. Como refere Friedemann (1992, cit. in Esteves, 2007) “é necessário intervir no sentido do processo de empoderamento dos cidadãos, tornando-os indivíduos mais competentes no exercício e participação do poder social e político.”

CAPÍTULO II METODOLOGIA

1. Justificação ao nível social, académico e pessoal

Escolhido o objeto de estudo, é adequado justificar a sua relevância e pertinência tanto a nível social como académico, e ainda apresentar os motivos pessoais que sustentaram a escolha da temática.

As minorias étnicas surgem no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e no combate à pobreza e à exclusão social em Portugal. Os grupos minoritários têm sido, cada vez mais, alvo da atenção nas sociedades mais avançadas, nomeadamente na Europa, onde existe uma franja da população considerada "minoritária" à procura de uma integração plena no espaço comunitário.

Assim, no que concerne à justificação social é importante realçar que a comunidade cigana é constituída por um grupo de indivíduos que vivem o dilema da diferença e da não integração plena na sociedade maioritária, constituindo assim um grupo marginalizado, onde o preconceito acompanha os esforços de combatae à discriminação numa sociedade que se quer e se afirma com valores democráticos baseados na igualdade tanto nos direitos como nos deveres e no respeito mútuo pelo outro.

No que reporta à justificação académica, é fulcral salientar que enquanto investigador na área das ciências sociais, com formação no campo do Serviço Social, não podemos deixar de nos inquietar com a problemática da discriminação dos grupos mais vulneráveis. Para que tal aconteça é necessário aprofundar o problema, para que se possa compreender e interpretar de forma mais completa as relações entre as minorias e a sociedade maioritária, contribuindo assim para romper com os discursos de intolerância e discriminação de que são alvo as comunidades ciganas.

Como última dimensão temos a justificação pessoal, neste caso reportando-me à minha experiência enquanto Técnico de Serviço Social da junta de freguesia de Arcozelo, onde se encontra uma comunidade cigana. Tal facto, obriga-me a estar atento às dificuldades e necessidades desta etnia, procurando minimizar alguns dos seus problemas. Assim como outros profissionais das ciências sociais, temos que estar preparados e conscientes para uma grande complexidade e multiplicidade dos problemas sociais. Como a discussão das minorias étnicas está na ordem de todas as agendas mediáticas e políticas, este trabalho pretende também contribuir com informação e conhecimento que possa ajudar os decisores que lidam com este tipo de problema social, um dos muitos que afectam a sociedade portuguesa.

2. Plano de Pesquisa Empírica

A definição dos objetivos de pesquisa determina o que se pretende atingir com o processo de investigação. Neste sentido, os objetivos podem ser gerais ou específicos, os primeiros traçando o horizonte de trabalho e sintetizando a questão central de investigação, e os específicos constituindo linhas orientadoras que representam o caminho para atingir a problemática desta investigação sobre os impactos dos apoios sociais na comunidade cigana.

Assim, o nosso objectivo geral é avaliar a integração da etnia cigana no concelho de Barcelos. Para tal enumeramos cinco objetivos específicos que nos auxiliam a alcançar o o objetivo central, sendo eles:

- ✓ Conhecer as comunidades ciganas residentes no concelho de Barcelos;
- ✓ Identificar os apoios sociais de que são beneficiárias e como estão a ser aplicados junto das comunidades ciganas.
- ✓ Identificar e descrever o impacto dos apoios sociais públicos junto das comunidades ciganas;
- ✓ Conhecer e interpretar as necessidades reais da comunidade cigana;
- ✓ Identificar e refletir sobre os principais fatores de exclusão social a que estão expostas as comunidades ciganas e as principais dificuldades e obstáculos existentes na promoção da sua inclusão.

As comunidades ciganas vêm-se confrontadas com a dificuldade de se integrarem na sociedade, constituindo um problema preocupante quer para as pessoas de etnia cigana, quer para a própria sociedade portuguesa que, apesar dos seus princípios de igualdade e de dignidade humana, tem bastante dificuldade em aceitar esta minoria étnica.

A pergunta de central do estudo é: "*De que forma se pode adequar as respostas sociais existentes à minoria cigana, para que estas possam contribuir para uma integração numa sociedade multicultural*"?

3. Perspetiva e Opções Metodológicas

Entende-se por metodologia “um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática” (Rodrigues, 2007). Contudo, “(...) a metodologia não substitui o investigador; proporciona-lhe, no entanto, meios para empreender uma investigação” (Deshaies, 1997).

A pesquisa do estudo será de natureza qualitativa, uma vez que se pretende compreender a forma como os diversos apoios existentes na sociedade contribuem para a inclusão e, simultaneamente, conhecer os programas existentes a nível local e de que forma estes se podem converter em estratégias das políticas nacionais.

São muitas as interpretações que se têm dado à expressão “pesquisa qualitativa” e atualmente tem vindo a dar-se preferência à expressão abordagem qualitativa. Entre os mais diversos significados de pesquisa qualitativa, Oliveira (2005), descreve-a como sendo um “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo no seu contexto histórico e ou segundo a sua estruturação”.

A investigação qualitativa é feita no local de origem dos dados e não impede o pesquisador de utilizar a lógica do empirismo científico. Este tipo de investigação pode ser facilmente identificado quando o ambiente natural é a fonte direta dos dados, quando o seu carácter é descritivo, o enfoque é indutivo e quando o significado que as pessoas dão às coisas, às relações que estabelecem colectivamente e à sua vida são preocupação do investigador.

Nas ciências sociais, ao aplicar a investigação qualitativa demonstra-se uma preocupação com o processo social, permitindo obter a visualização do contexto e uma integração empática com o objeto de estudo, implicando assim uma melhor compreensão do fenómeno.

A partir dos contributos teóricos sobre metodologia em ciências sociais e tendo em atenção a opção pela abordagem qualitativa, entendeu-se adequado usar o método do estudo de casos. De acordo com Pocinho (2012), no estudo de caso examina-se, tal como a expressão indica, o caso no seu contexto natural, em detalhe e em profundidade, embora se reconheça a complexidade do mesmo. De modo específico, este método é adequado para responder às questões “como” e “porquê” que são questões compreensivas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo, mais do que frequências ou incidências.

Este método foi auxiliado por técnicas, que segundo Pardal & Correia (1995), são

consideradas como um instrumento de trabalho que viabiliza a realização de uma pesquisa que, através da execução do conjunto de operações de um método, permite confrontar o corpo de hipóteses com a informação recolhida na amostra (verificação empírica). Neste sentido, as técnicas escolhidas para este estudo são a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada e, ainda, a observação participante e não participante.

Relativamente à pesquisa bibliográfica, esta constituiu uma técnica relevante na investigação, uma vez que ajudou a recolher informações importantes e relevantes sobre a temática em estudo e, sobretudo, preparar um enquadramento da problemática baseada em estudos de natureza teórica e empírica pertinentes para o problema que aqui nos ocupa. Para isso recorremos à bibliografia disponível na Biblioteca da Universidade do Minho e nas Bibliotecas Públicas de Braga e Barcelos. Para complementar a pesquisa bibliográfica consultamos, também, artigos de revistas científicas e teses de mestrado e doutoramento.

Após uma leitura exaustiva da bibliografia selecionada, recorremos à técnica da entrevista para efetuar a recolha de dados. Para os autores Pocinho (2012) & Carmo e Ferreira (1998), a entrevista é uma técnica importante numa investigação, uma vez que permite formular questões relevantes através das quais podemos retirar informações variadas e elementos de reflexão ricos e variados. Entre as várias categorias de estruturação de entrevista que existem optamos por aplicar a entrevista semi-estruturada. Segundo Pocinho (2012), este tipo de entrevista permite orientar a conversa através um guião de entrevista previamente definido que incorpora as dimensões centrais em estudo, ao mesmo tempo que assegura que o entrevistado se expresse livremente e daí resulte informação rica, variada e de grande complexidade. Assim, foi possível adequar as questões à temática, enriquecendo a investigação.

Foram aplicadas quinze entrevistas a elementos da comunidade cigana, tendo o investigador seguido um guião de entrevista previamente elaborado. De salientar que no início da entrevista todos os participantes do estudo concordaram em responder às questões e permitiram a gravação da entrevista. Também, foram aplicadas seis entrevistas a técnicos que trabalham diretamente com a população de etnia cigana, residente no concelho de Barcelos. Neste sentido, foi elaborado um guião de entrevista especificamente dirigido aos técnicos, com o objetivo de obter uma visão mais alargada da comunidade cigana Barcelense. As entrevistas foram áudio-gravadas, transcritas e, posteriormente submetidas a uma análise de conteúdo.

Estas técnicas de recolha de dados, explicadas anteriormente, foram auxiliadas pela observação. Segundo Pocinho (2012), a observação é uma técnica que capta os comportamentos

no momento em que eles se produzem. Existem diferentes modalidades de observação, sendo que no caso desta investigação optamos pela observação participante e não participante.

Relativamente à observação participante, esta permitiu que o investigador interagisse diretamente com os participantes. Ao aplicar esta técnica, também, foi possível conhecer melhor o quotidiano dos utentes, assim como a realidade do fenómeno que pretendemos estudar. A observação não participante também foi fundamental para perceber os comportamentos do grupo sem interagir com eles. Em ambas as situações, a informação assim recolhida permitiu complementar a análise da informação obtida por entrevista.

Para dar seguimento à recolha de dados, é necessário escolher os principais procedimentos para o tratamento da informação. Para tal, e face ao método selecionado, optamos por uma análise qualitativa, ou seja, a análise de conteúdo que, segundo Coutinho (2011) e Guerra (2006), é uma técnica que avalia de forma sistemática um corpo de texto por forma a desvendar todo o tipo de palavras, frases e temas considerados chave. Esta técnica de tratamento de informação visa captar as informações e testemunhos obtidos através das entrevistas, permitindo fazer emergir do discurso dos actores sociais tópicos recorrentes no que se refere às suas opiniões, atitudes e práticas.

CAPÍTULO II
ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. Caracterização da comunidade cigana de Barcelos

A comunidade cigana na qual o estudo incidiu está presente no concelho de Barcelos há cerca de 30 anos, dado obtido pelos residentes mais velhos, nomeadamente nas freguesias de Arcozelo, Barqueiros e Fornelos. Ao todo estão distribuídos nestas freguesias cerca de 210 elementos da comunidade cigana.

A distribuição no território assenta em pequenos aglomerados populacionais, designados de acampamentos. A localização da maior parte destes acampamentos tem acessos difíceis até porque estão localizados em zonas verdes, onde não é possível a construção de vias alcatroadas. Devido às fracas acessibilidades, os transportes públicos não têm acesso a estes acampamentos, dificultando o transporte das crianças da comunidade cigana à escola, assim como dos restantes elementos da comunidade cigana a serviços públicos e outras actividades. Pelo facto das comunidades estarem mais isoladas são rotuladas pela comunidade envolvente como zonas de insegurança e de difícil acesso, mesmo para as forças de segurança da zona.

Na figura 1, e 2 podemos observar as dificuldades de acesso às habitações (barracas).

Fig. 1. Acesso ao acampamento.



Fonte: Autoria Própria.

Fig. 2. Acesso ao acampamento.



Fonte: Autoria Própria.

Os agregados incluem famílias de tipo monoparental, nuclear e alargada, compostas por diferentes faixas etárias e gerações. Por norma estas famílias são numerosas, com baixas e/ ou inexistentes qualificações escolares, poucas competências sociais/ pessoais, desinseridas do mercado de trabalho, possuem insuficientes recursos económicos e são beneficiárias quer do RSI, quer do abono de família das crianças em idade escolar.

A população da comunidade cigana recorre a actividades económicas consideradas paralelas e informais, como a mendicidade e o trabalho com rendimentos não declarados. Este distanciamento das normas sociais obrigatórias para todos os cidadãos, enfraquece e retira oportunidades de participação e de contratualização dos direitos e deveres da população de etnia cigana. De notar que a maioria desta população reúne as condições mínimas de habitabilidade, possuindo água, luz e gás, apesar de ainda ser com baixadas ilegais ou geradores.

Na educação, é de registar o elevado analfabetismo, abandono precoce, absentismo escolar e conseqüente insucesso escolar a par da desvalorização da escolarização. Estes indivíduos não reúnem as competências pessoais, sociais e profissionais necessárias/exigidas no acesso às oportunidades de emprego/formação, reduzindo as redes de sociabilidade e os recursos que favorecem o seu processo de autonomia. No entanto, é de salientar o trabalho feito pelas entidades no terreno que intervêm com esta comunidade, tentando mostrar a importância da educação para o futuro, nomeadamente, das crianças ciganas, permitindo uma maior integração na vida ativa e nos direitos e deveres junta da sociedade maioritária.

Na saúde, é de realçar, ao contrário da educação, que ao nível dos cuidados de saúde primários, centrados na prevenção e na promoção da saúde, a comunidade cigana está mais protegida, uma vez que a maioria possui médico e enfermeiro de família, tendo as vacinas em dia. Para tal é de realçar o excelente trabalho realizado pelos enfermeiros que trabalham junto desta comunidade.

Apesar deste acompanhamento e desta aproximação entre os elementos da comunidade cigana e a sociedade maioritária existem clivagens culturais que não se podem dissociar da história destas comunidades até porque esta minoria étnica reforça a sua identidade e a sua cultura, com contrastes sociais, face à cultura dominante, ao nível dos rituais, das hierarquias e da relações de género.

As diferenças interculturais aumentam o sentimento de pertença e diminuem a referência a outros modelos de organização familiar, social, laboral, económica, política e cultural, o que

potencia clivagens e conflitos sociais, fragilizando as redes de solidariedade e de confiança.

O diagnóstico social coloca este grupo como um dos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social, exigindo aos parceiros do Conselho Local de Ação Social de Barcelos (CLASB) e do Plano Estratégico do desenvolvimento de ações integradas e integradoras.

Na figura 3, podemos observar que este acampamento está fora da zona periférica da cidade, dificultando uma integração mais plena junto da sociedade dominante.

Fig. 3. Vista geral do acampamento.



Fonte: Autoria Própria.

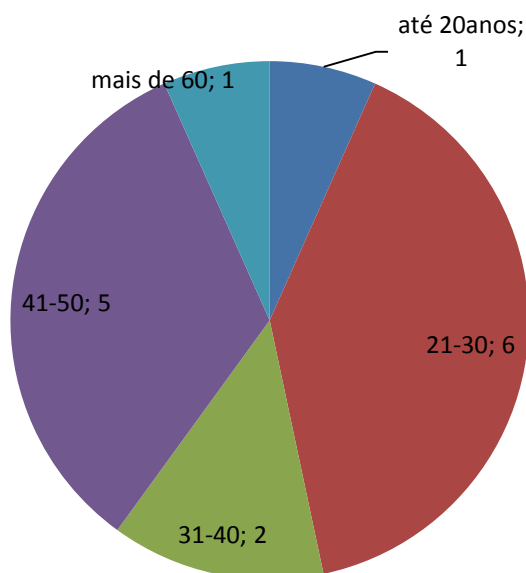
2. Caracterização dos Entrevistados da comunidade cigana

Após ter caracterizado a comunidade cigana de uma forma mais geral, vamos agora defini-la de uma forma mais específica tendo em conta as entrevistas realizadas.

Desta forma, relativamente ao sexo dos entrevistados, observamos que não existe disparidade entre o sexo masculino e o sexo feminino: foram entrevistados oito ciganos do sexo feminino e sete do sexo masculino, totalizando 15 entrevistados.

Relativamente à idade dos entrevistados, verificamos, de acordo com o gráfico 1, que as faixas etárias predominantes são as que situam entre os 21-30 e os 41-50 anos de idade, respetivamente. Constatamos que entre os entrevistados com idade até 20 anos e com mais de 60 anos, o número de inquiridos é igual. De realçar que a maioria dos entrevistados encontra-se na fase adulta da vida.

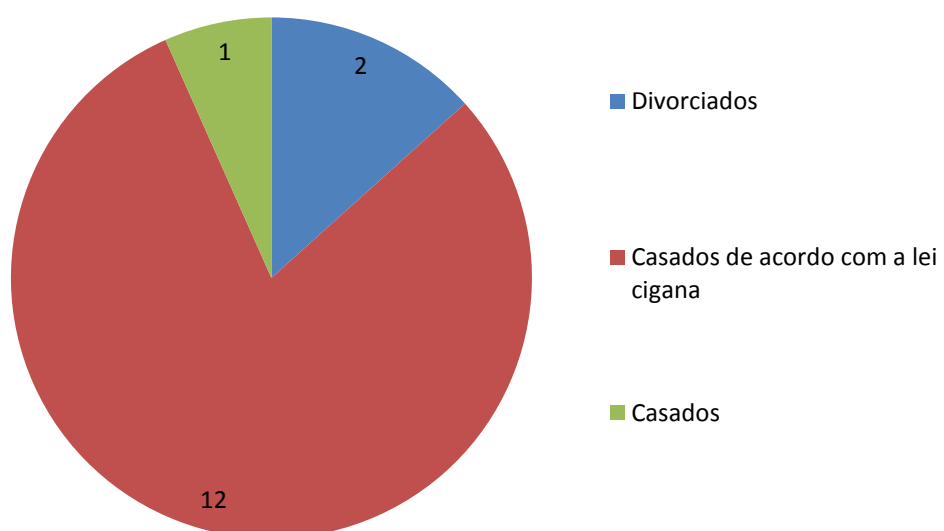
Gráfico 1: Idade dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos Ciganos de Barcelos

No que concerne ao estado civil dos entrevistados, é facilmente verificável no gráfico 2 que a maioria destes são casados de acordo com a lei cigana (80%). Sublinhe-se, no entanto que um dos entrevistados está casado segundo a lei vigente pela comunidade maioritária.

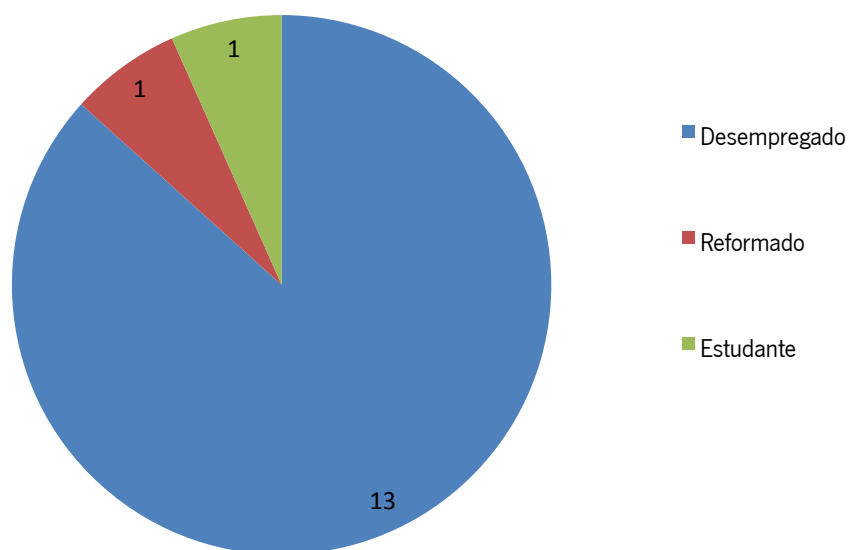
Gráfico 2: Estado Civil dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos Ciganos de Barcelos

Em relação ao gráfico 3, podemos observar que a grande maioria dos entrevistados se encontra desempregada (13). De destacar que um entrevistado está reformado.

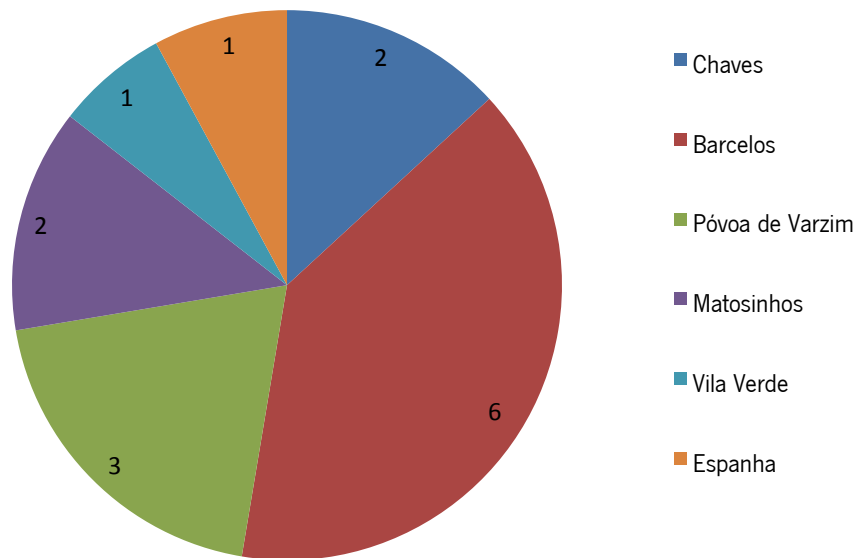
Gráfico 3: Profissão dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos Ciganos de Barcelos

No gráfico 4 podemos observar a naturalidade dos entrevistados. A maioria da comunidade cigana é natural de Barcelos, sendo que os restantes são naturais de concelhos do norte do país. Refira-se que um entrevistado é de nacionalidade espanhola.

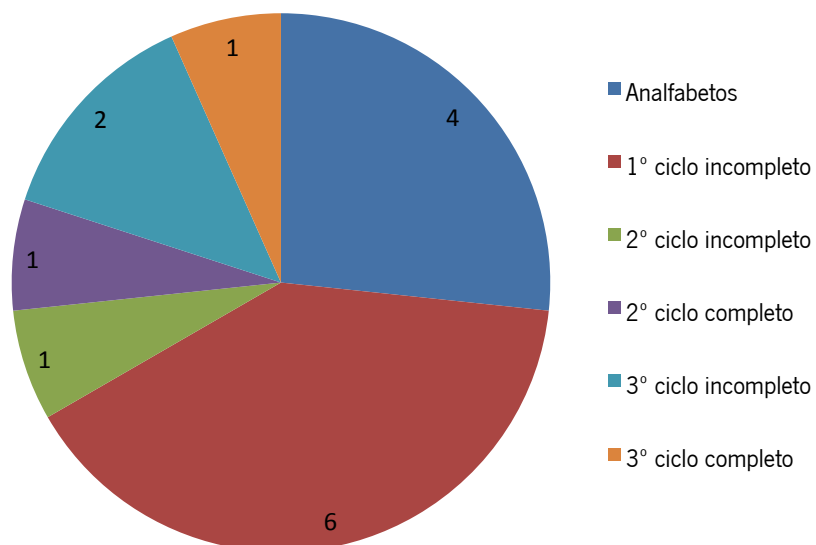
Gráfico 4: Naturalidade dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos Ciganos de Barcelos

No que concerne à escolaridade dos entrevistados, observamos que 5 deles não têm o 1º ciclo de escolaridade completo. Refira-se que 4 dos entrevistados são analfabetos. Todavia, é de realçar que um dos entrevistados já tem o 3º ciclo de escolaridade completo.

Gráfico 5: Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos Ciganos de Barcelos

3. Caracterização dos Técnicos Entrevistados

Todos os técnicos que foram entrevistados têm ligações profissionais com a etnia cigana. A sua escolha está relacionada com o grupo de trabalho do qual faço parte como técnico de serviço social que representa a Junta de Freguesia de Arcozelo. Este grupo é constituído por vários parceiros representantes de entidades do concelho de Barcelos que lidam com a etnia cigana. Estas reuniões interinstitucionais realizam-se uma vez por mês e procuram minimizar as desigualdades existentes entre os ciganos e não ciganos em termos de emprego, educação e serviços de saúde.

Quadro 1. Caracterização dos Técnicos Entrevistados

Identificação	Escolaridade	Área profissional	Tempo de atuação profissional com a comunidade cigana
Carlos	12º Ano	Autarca	15 Anos
Susana	Pós- Graduação em gestão de instituições e associações sociais	Assistente Social	8 Anos
Alice	Licenciatura	Psicologia	3 Anos
António	Licenciatura	Enfermagem	4 Anos
Joana	Licenciatura	Assistente Social	7 Anos
Maria	Licenciatura	Enfermagem	6 Anos

1

¹ Os nomes dos técnicos entrevistados são fictícios.

4. Análise das Condições Sociais da Comunidade

4.1. Integração da Comunidade Cigana

A comunidade cigana foi ao longo do tempo discriminada e marginalizada, o que originou dificuldades de integração na sociedade maioritária. Atualmente, ainda se verificam desigualdades sociais, uma vez que alguns dos entrevistados embora se sintam integrados no território consideram que não há igualdade de oportunidades. Neste sentido, quando se fala da integração, da comunidade cigana, no território, esta deve-se à sua sedentarização. Assim, os entrevistados referem que o local onde residem é o mesmo há muito tempo. Estes salientam que o espaço de residência já vem da geração dos avós. Este facto é segundo os inquiridos responsável pela criação de laços afetivos com o atual território onde estão instalados. Na maioria dos casos os entrevistados referem que residem há muito tempo, no mesmo espaço, desde crianças. Por isso, identificam-se com o território e afirmam estar integrados no espaço onde habitam.

Para além disso, o acampamento que estudamos está no espaço limítrofe da cidade o que permite que a comunidade cigana tenha acesso, a pé, a todos os serviços que esta possa oferecer. Contribui também para uma maior proximidade com os não ciganos diminuindo, desta forma, alguns dos conceitos estereotipados que perduraram ao longo das gerações.

Assim, vejamos que a maioria dos entrevistados estão integrados na comunidade. Desta forma, o Rui² quando interrogado acerca da integração da sua comunidade na sociedade respondeu: “ Está, está. Estamos integrados, nós nascemos e somos daqui”. Da mesma forma, o Manuel afirmou também sentir-se incluído: “Sim estamos integrados, andam todos nas escolas e nos cursos.” Para além destes entrevistados, outros mostraram sentir-se incluídos na sociedade maioritária. Exemplo disso é a Ana que refere: “ Sim estamos integrados, fazemos parte, estamos bem”. A Sandra reforça esta ideia afirmando que: “estamos quase na cidade, estamos bem.”

Apesar de os ciganos entrevistados sentirem-se integrados na sociedade dominante, eles consideram não ter as mesmas oportunidades que a restante comunidade. Esta situação pode levar, de acordo com Rex (1998), a que se acentuem nas minorias étnicas ciganas situações de exclusão, pobreza e marginalização.

Todavia, os entrevistados Irene, Paula e Susana não se sentem envolvidos na nossa comunidade. Podemos constatar tal facto através das respostas enunciadas pelas inquiridas,

² Os nomes dos ciganos e dos técnicos entrevistados são fictícios.

nomeadamente pela Irene, que à nossa questão afirma: “É assim, eu fico discriminada porque nós estamos a viver em barracos, é mais essa a parte má.” Também a Paula e a Susana manifestam o mesmo sentimento, declarando que preferiam viver no seio da nossa sociedade. Assim, a Susana afirma: “Queria estar a viver com a vossa família, com a vossa raça.” A Paula reforça esta ideia pois quando questionada acerca da sua integração respondeu: “ Nem por isso, mas convivemos bem com a vossa qualidade”.

Assim é visível que apesar destas pessoas se encontrarem integradas no espaço geográfico o mesmo não o podem dizer em relação às condições de habitabilidade, já que pelo facto de morarem em barracas sem as condições mínimas de conforto condiciona a sua própria vida quotidiana. Apesar de alguns entrevistados referirem que estão integrados, estes consideram que a integração seria mais eficaz e plena se tivessem a oportunidade de ter uma casa com as condições mínimas para habitar. Ou seja, os entrevistados referem que gostariam de ter uma casa de banho com água quente, para dar banho às crianças, assim como eletricidade ao dispor, pois não teriam de recorrer a artimanhas e esquemas menos próprios para terem luz na habitação.

Na verdade, todos os entrevistados referem que vivem em barracas sem as mínimas condições de habitabilidade, uma vez que não existe saneamento, água canalizada e eletricidade. Este facto é referenciado por Correia (2012), o qual reforça a ideia de que ainda existem ciganos que não têm acesso a uma habitação digna. Saliente-se que, através da observação participante, verificamos que quando há intempéries as habitações apresentam-se bastante débeis, dificultando a rotina quotidiana das famílias ciganas.

Os factos acima salientados são também comprovados pelas respostas dos entrevistados. Desta forma, quando interrogamos, o Paulo, acerca das dificuldades enfrentadas pela comunidade cigana este respondeu: “É que não temos condições, não temos água, não temos luz, não temos nada. Olha, luz é às velas, não temos casa de banho, temos que ir ao monte.” Esta ideia é reforçada pela Ana, que afirma: “ Uí estamos na miséria, precisava de uma casa de banho para os meus filhos estarem bem, poderem tomar banho e ir para a escola.” A Leonor reforça as ideias anteriores respondendo: “ É a chuva, é a miséria. Quando não temos luz, a do gerador vai muitas vezes abaixo. Não tenho uma coisa quente para nós e para as crianças, às vezes estamos com medo que a chuva caia em cima de nós. “No mesmo sentido a Paula refere: “Que é tudo, é não ter casa, que me orgulhava muito de ter uma casinha como os da vossa qualidade, olha é frio, é chuva, eu gostaria de ter uma casinha com condições para ter a minha própria vida. Queria estar sozinha e conviver com a vossa qualidade, era um orgulho”.

Por isso, e de acordo com Castro (1995), a residência fixa aumenta a auto-estima dos ciganos uma vez que estes associam a casa a uma plataforma de segurança e estabilidade que ajuda a afirmarem-se na sociedade maioritária. Este facto permite, segunda a autora, diminuir o fosso entre a etnia cigana e a restante sociedade.

Embora os entrevistados tenham residência estas apresentam, como constatamos anteriormente, condições de habitabilidade muito débeis. Aliás, é bem visível na resposta do Manuel que afirma: “Ui ali é uma miséria, luz não temos, água da câmara mas sem condições nenhuma, depois é muitos ratos, roem a roupinha que um gajo tem lá é uma miséria. As crianças quando vêm da escola à noite sem luz, já tivemos ali incêndios, é tudo com velas era bom se tivéssemos luz sempre certinha”.

Constatamos tais fatos através da observação participante, uma vez que tive oportunidade de visitar este acampamento. A falta de condições de habitabilidade é reforçada pelos técnicos que trabalham esta temática, que transmitem as suas preocupações nas reuniões mensais do Plano de Mediador Municipal, nas quais participo enquanto técnico da área social. Podemos ilustrar este facto, através das figuras 4 e 5.

Fig. 4. Condições Habitacionais da Comunidade Cigana



Fonte: Aatoria Própria.

Fig. 5. Condições Habitacionais da Comunidade Cigana



Fonte: Aatoria Própria.

Por isso, a falta dos serviços públicos mais básicos são fatores que contribuem para a exclusão. De acordo com Fernandes (1995, p. 16), numa situação de exclusão verifica-se a privação de recursos sociais e materiais arrastando “para fora ou para a periferia da sociedade todos aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes”.

Saliente-se que outro dos problemas com que esta comunidade se depara está relacionado com a falta de emprego. Por isso, alguns dos entrevistados mencionam que gostariam de trabalhar junto dos não ciganos. Assim, o Júlio, quando questionado acerca do que seria mais prioritário para uma integração plena, respondeu: “ Era ter uma casinha. Tomara que me arranjem uma casa, um trabalho e que os meus filhos possam estudar.” O Manuel reforça a ideia do entrevistado anterior referindo: “ Era ter um trabalho, ter uma casinha. Conviver com todos.” A Leonor vai de encontro à ideia dos outros dois inqueridos respondendo: “ Era ter uma casa e trabalhar, era isso.”

Embora os entrevistados não tenham trabalho, eles valorizam o emprego como forma de integração, na sociedade maioritária, e acima de tudo como fator essencial para oferecer melhores condições de vida aos filhos. Todavia, a comunidade cigana tem consciência das grandes dificuldades que enfrentam na procura de emprego. Desta forma, de acordo com Magano (2010), esta dificuldade resulta, na maioria dos casos, do facto da entidade patronal ter conhecimento da pertença étnica do indivíduo, e não valorizar as suas capacidades profissionais. A ideia de Magano é salientada pela técnica Maria que refere: “Aquisição de competências a todos os níveis e conseguir um emprego é uma luta constante de quem trabalha com esta comunidade. Existe um grande estigma da nossa sociedade relativamente à empregabilidade da comunidade cigana (...), não conheço exemplos de ciganos a trabalhar em empresas privadas”.

4. 2. Educação da Comunidade Cigana

A partir de 1974 as crianças ciganas foram obrigadas, tal como qualquer cidadão em idade escolar, a completar o sexto ano de escolaridade, posteriormente prolongado até ao nono ano e mais recentemente até ao décimo segundo ano.

Apesar de Bastos (1999) apontar altos níveis de analfabetismo e absentismo escolar dos ciganos portugueses, os entrevistados consideram a escola importante e pretendem que os seus filhos a frequentem.

Os dados recolhidos nas entrevistas confirmam o que anteriormente expusemos. Assim,

por exemplo, quando questionamos a Irene sobre a importância da escola respondeu: “Considero muito importante, porque a escola faz-nos aprender várias coisas que não conhecemos. Faz com que eu vá mais além e possa até arranjar um trabalho e ter um futuro melhor.” A Sandra respondeu de forma idêntica afirmando que: “A escola é importante para a minha filha, pode ter um futuro, eu quero que ela seja médica.”. Estas ideias são reforçadas pela Sónia que responde: “A escola é importante porque se a minha filha souber ler e escrever, depois pode arranjar um trabalho jeitoso”.

Para além dos entrevistados considerarem a escola importante para a aprendizagem dos filhos esta também promove, segundo os mesmos, uma melhor integração junto da sociedade maioritária.

Segundo a Leonor os ciganos estão bem integrados na escola “ (...) eles estão bem até telefonam uns para os outros. A minha sobrinha o outro dia estava a falar com uma pessoa sem ser cigana. Fiquei admirada falaram tudo o que tinham para dizer uma para a outra, fiquei admirada falaram muito bem”. Da mesma forma, a Susana salienta que: “ (...) o professor gosta da minha filha e eles dão-se todos bem com a minha filha e ela com eles. Mandam convites para ir para os anos deles e tudo. Eu tenho dois convites da minha menina pequena para ir no dia 29 a uma festinha.”

Por outro lado a maioria dos entrevistados não considerariam benéfico uma escola apenas para ciganos. Assim, o Mário refere que: “Não, eu acho mal, têm que conviver com todos.” Na mesma ótica a Ana salienta que: “Não. Assim está bem, cigano com não cigano está tudo bem.” Para além disso, a Irene destaca que não era vantajosa uma escola só para ciganos “ (...) nós queremos integrar-nos mais. Entre nós não podíamos aprender coisas novas, com outras pessoas evoluímos mais, temos mais ideias e capacidade para aprender.”

Saliente-se que a maioria dos inquiridos apresentarem baixos índices de escolaridade o que faz com que estes tenham dificuldades na resolução de pequenos problemas diários, principalmente no que respeita a tarefas burocráticas, como tivemos oportunidade de observar. Por isso, os entrevistados não querem que os filhos reproduzam os seus comportamentos, e lamentam terem abandonado a escola muito cedo sem terem completado pelo menos o 1º ciclo. Como podemos observar na caracterização dos entrevistados, nomeadamente no gráfico 5, cerca de 40% dos ciganos não têm o 1º ciclo completo.

As entrevistas ajudaram-nos, também, a entender o baixo nível de escolaridade apresentado pelos entrevistados e as dificuldades que lhe estão subjacentes. Vejamos que o Júlio

menciona que deixou de estudar aos quinze anos porque “ (...) casei-me, os ciganos casam cedo”.

Saliente-se que alguns pais dos entrevistados não os incentivavam a frequentar a escola. Segundo o Paulo: “ Eu dantes quando era puto, quando era criança era muito malandro. Eu digo a verdade, estudei. Mas estava um mês sem ir á escola, e depois ia um dia, e estava novamente mais de um mês sem ir á escola. Foi a educação que os meus pais me deram.” Na mesma ótica a Paula refere que: “Eu não estudei, nunca ia à escola por causa da minha mãe e do meu pai. Tive que casar e na nossa lei, quando estamos casados não podemos andar na escola. Casei com dezasseis anos.” A Leonor reforça as ideias anteriores, responsabilizando os pais por não ter tido oportunidade de frequentar a escola. Assim, esta refere: “Eu nunca estudei quando era pequena, porque a minha mãe não me levava à escola. Eu gostava de saber ler e escrever”.

De acordo com as respostas acima mencionadas, e tendo em conta os autores Dias; Alves; Valente e Aires (2006), podemos constatar que o peso da tradição da cultura cigana influencia e condiciona o modo de vida desta etnia, principalmente no que respeita ao papel da mulher, uma vez que por costume próprio esta casa cedo e tem como obrigação cuidar da casa e dos filhos. Vejamos que a Sandra refere que faltava muitas vezes à escola porque “ (...) tinha que ir visitar a minha avó, porque tinha saudades minhas e por isso faltava. Às vezes também faltava por causa dos meus irmãos, ficavam doentes e eu tinha de cuidar deles”.

O facto, de os ciganos não terem frequentado a escola reflete-se, como já tínhamos constatado, na sua vida diária e até mesmo na realização de pequenos sonhos, como por exemplo tirar a carta de condução.

Como refere a Leonor “ (...) Como sou analfabeta não consigo tirar a carta de condução, uma coisa que eu gostava era tirar a carta de condução”. No mesmo sentido, também o Júlio menciona que a escola é importante para estudar. “ (...) para tirar a carta de carro, tomara eu”.

Assim, apesar de os entrevistados apresentarem baixos índices de escolaridade estes afirmam que o futuro dos seus filhos está em estudarem o mais possível, para conseguirem um futuro promissor.

Desta forma, o Manuel considera importante o filho frequentar a escola. “É um orgulho você sabe que é verdade. Já que eu sou analfabeto ao menos que o meu filho consiga arranjar trabalho, está perceber? Ele assim não se perde, é uma coisa importante.” O entrevistado Mário intensifica a ideia anterior referindo que os filhos devem estudar “até à universidade”. A Paula fortalece as opiniões anterior afirmando: “ Olha já que eu não fui estudar, quero que os meus filhos aprendam tudo o que é necessário. Gostava que eles fossem doutores, tomara eu, era o

meu orgulho.”

Verificamos, assim, que taxa de analfabetismo tende a diminuir das gerações mais velhas para as gerações mais novas, para o qual muito contribuiu a postura dos progenitores em relação à escola, e às capacidades dos próprios filhos.

4.3. Apoios Sociais

Existem diversos apoios sociais para as famílias que apresentam dificuldades económicas. Desses apoios destacamos o RSI (Rendimento Social de Inserção), os cabazes alimentares e as cantinas sociais.

Sublinhe-se que o Rendimento Social de Inserção consiste numa prestação pecuniária mensal, que é atribuída aos indivíduos e às famílias que vivem numa situação de grave carência económica. Esta medida visa gerar oportunidades de inserção social, assim como o acesso às necessidades básicas (Instituto da Segurança Social, 2013). Todavia, para este apoio ser concedido, é condição essencial todas as pessoas estarem inscritas no IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Através da análise às entrevistas verificamos que a maioria dos entrevistados recebem o Rendimento Social de Inserção, á exceção do entrevistado número nove que recebe ajuda da sua progenitora. Das quinze entrevistas que realizamos constatamos que a maioria dos inquiridos estão inscritos no IEFP. Porém o entrevistado número sete não está inscrito porque se encontra reformado.

Embora, a maior parte dos entrevistados recebam o RSI estes referem que o montante obtido é apenas uma pequena ajuda, que colmata essencialmente as necessidades básicas como a comida ou as despesas com a saúde.

Desta forma, quando interrogamos o Júlio acerca da utilidade deste apoio social respondeu: “ Às vezes não me chega para nada, devo na farmácia e no supermercado. Não chega para nada.” O José quando interrogado acerca do mesmo referiu que: “ Não dá. O comer está mais caro você sabe e o remédio, olhe vou à farmácia e fico empenhadinho, lá vai o dinheirinho.” A Susana respondeu de forma idêntica mencionando que: “É pouco, não chega a nada. Tenho o meu marido com uma doença grave, tem cancro no pescoço. Tenho de comprar remédios e ter

dinheiro para ele fazer os exames. (...) agora as minhas pequenas vão a um passeio. Tenho que dar 6 € para cada uma. Onde é que eu tenho esse dinheiro? Tenho de pedir emprestado. Eu quero ver se as minhas filhas podem ir.”

Em consonância com o referido anteriormente, verificamos que a técnica Maria considera que: “O RSI é apenas a base para ajudar os elementos desta comunidade a satisfazerem algumas das necessidades humanas básicas como por exemplo: alimentação, saúde, vestuário entre outros (...)”.

Apesar de considerarem o valor proveniente do RSI baixo, os inquiridos, valorizam-no. Assim, quando interrogados sobre as alternativas a este apoio alguns mencionam que teriam de mendigar para conseguir sustentar a família. Por sua vez, outros ficariam de tal maneira perdidos que não saberiam como resolver o problema.

Desta forma, o Paulo refere que: “Ui, que vida era a nossa, então que vida era a nossa? Trabalho não há. Eu estou mortinho por arranjar um trabalho nem que seja na lavoura. Era obrigatório a minha mulher ir pedir de porta em porta (...)”. O Manuel responde de forma idêntica afirmando que: “Ui, sei lá, tinha que pedir porta a porta não havia outro remédio (...)”. A Sónia, o Paulo, a Ana e o José, não sabiam o que “fazer à vida” sem este apoio.

Refira-se que a técnica Joana vai de encontro ao descrito anteriormente referindo que: “Há famílias que com este pequeno contributo conseguem sobreviver e não viver na rua, há menos roubos, há famílias que mantêm os filhos na escola porque são apoiadas pelo RSI. (...) este rendimento permite-lhes acesso a programas de inserção no mercado de trabalho que de outra forma não seria possível (...)”. Saliente-se que a técnica Maria reforça a ideia anterior respondendo que se não fosse este apoio social “restar-lhes-ia a esmola, o negócio paralelo e ilegal, as cantinas sociais que existem em Barcelos, a Ação Social e outros projetos de cariz comunitário nas IPSS”. O técnico António salienta as ideias descritas anteriormente, considerando que se as comunidades ciganas não usufríssem do RSI “restar-lhe-ia a caridade, o negócio paralelo e ilegal. Imaginemos o que será dar connosco a pensar como iremos alimentar, vestir e comprar medicamentos para os nossos filhos amanhã. Penso que seremos capazes de fazer qualquer coisa!”

Todavia, há técnicos que quando questionados sobre o aconteceria às famílias se não recebessem RSI, estes focam que esta medida é transitória, por isso não deve ser vista como uma fonte de rendimento perene. Assim, a técnica Susana refere: “ O RSI não pode ser visto como uma alternativa nem antes nem após a sua cessação. Não é simplesmente uma medida alternativa, mas sim de apoio social de carácter transitório, cuja obrigação final é apoiar os beneficiários no

percurso da sua autonomia. (...).” A técnica Alice fortalece a ideia anterior considerando: “ O RSI é uma resposta provisória/temporária, não é uma saída em si mesmo, esse deverá ser o mercado de trabalho.”

Para além de tudo o que foi referido anteriormente importa clarificar que, através das entrevistas realizadas aos técnicos, constatamos que o RSI é uma medida não consensual no que respeita á inclusão da etnia cigana. Por isso, as opiniões são contraditórias sendo umas mais positivas e outras negativas.

Assim a técnica Susana considera que o RSI é “uma medida de combate à pobreza e à exclusão social que teve um carácter preponderante e determinante no acompanhamento das famílias com características de maior vulnerabilidade social.” A técnica Joana considera, também, esta medida inclusiva, pois segundo esta: “ (...) há famílias que com este pequeno contributo conseguem sobreviver e não viver na rua, há menos roubos e conseguem manter os filhos na escola. Há famílias que com o acompanhamento conseguem manter-se mais estáveis e com saúde. Este rendimento permite-lhes acesso a programas de inserção no mercado de trabalho que de outra forma não era possível. Algumas das ações preparam os beneficiários com competências que para nós são básicas, mas para alguns deles nunca foram adquiridas. (...) ” Por sua vez a técnica Maria contrapõe respondendo “ (...) o facto de pertencerem a um grupo de pessoas que recebem o RSI pode por si só ser motivo de exclusão social”. O técnico António vai de encontro à resposta anterior afirmando que: “ (...) o facto de estarem integrados no grupo dos que recebem RSI pode ser só por si motivo de exclusão social, ao afastar em termos relacionais o individuo da sociedade.”

Embora reconhecendo que o RSI contribui de alguma forma para mudar as atitudes dos beneficiários, na perspetiva dos técnicos entrevistados, esta medida nem sempre cumpre os objetivos para a qual foi criada. Porém como constatamos, nas respostas dos técnicos entrevistados, este subsídio pode contribuir ou não, para diminuir o ciclo de pobreza na comunidade cigana.

Assim, verificamos que segundo o técnico Carlos o RSI: “ não contribuiu para a rutura dos ciclos de pobreza. Quem entende que o RSI é capaz de resolver esses problemas não está aberto a sugestões”. Por sua vez, a técnica Maria vai no mesmo sentido afirmado: “ A medida por si só é pobre. Temos sim que trabalhar em rede com todos os parceiros sociais envolvendo sempre a comunidade cigana na tomada de decisão. Mostrar a cultura cigana aos demais cidadãos (...). Sou da opinião ainda que o RSI não é resolução, apenas uma pequena ajuda para assegurar a

sobrevivência”. Ao contrário dos entrevistados anteriores, a técnica Susana considera que o RSI contribuiu para a rutura dos ciclos de pobreza. Desta forma esta afirma:“ A rutura dos ciclos é algo que se perpetua no tempo, demora muito tempo a ver-se os seus efeitos. Contudo, eu considero que sim, que a medida contribui efetivamente para quebrar ciclos de pobreza (...)”.

Desta forma, é importante que se refira que a luta contra a pobreza implica, na nossa opinião, envolvimento por parte de toda a sociedade. No entanto, o RSI é uma medida que quando bem aplicada contribuiu para diminuir os ciclos de pobreza. Todavia, este rendimento é criticado, pelo senso comum, pois a maioria da sociedade não o entende como apoio para a inserção, mas como apoio monetário, contínuo como se de um salário se tratasse sem que haja contrapartida de trabalho. Por isso, é frequente ouvir-se comentários que identificam os ciganos como abusadores dos apoios sociais do Estado. É por isso urgente esclarecer a comunidade do objetivo a que esta medida se propõe. Assim, é importante que todos os indivíduos tenham acesso à informação de uma forma clara e precisa.

CONCLUSÃO

Após ter desenvolvido este estudo, importa agora expor em jeito de síntese as principais conclusões, bem como limitações e recomendações que possam ser úteis em trabalhos posteriores.

Esta investigação teve como objetivo produzir conhecimento sobre a comunidade cigana e os apoios sociais de que beneficiam, nomeadamente o rendimento social de inserção.

Apesar da comunidade cigana estar presente em Portugal há cinco séculos, ainda é bastante visível a condição de desigualdade vivida por este grupo étnico. Assim, os ciganos são os mais afetados por fenómenos de pobreza e exclusão social. Para além disso, as dificuldades de acesso à maioria dos bens e serviços de saúde, emprego educação, assim como as baixas qualificações e as condições de habitabilidade precárias, são fatores que marcam o quotidiano destas comunidades. Por isso, todos estes fatores bem como um conjunto de imagens estereotipadas, construídas ao longo de gerações, em nada abonam para uma convivência pacífica entre os ciganos e não ciganos. Contribuem, antes, para o pouco envolvimento da população majoritária junto deste grupo étnico.

Esta realidade, associada ao pouco conhecimento que temos acerca da comunidade cigana tornou premente este estudo. No entanto, sublinhe-se que é fundamental que qualquer intervenção tenha em atenção as suas especificidades culturais, sociais e económicas.

Consideramos que, para que seja possível diminuir a tensão intercultural existente, é necessário que a sociedade portuguesa parta do princípio de respeito pela diferença e pela diversidade cultural. Como afirma Magano (2010), o indivíduo não pode ser passivo, na sociedade moderna, perante as normas e as regras. O sujeito tem que ser ativo e reflexivo na interpretação da realidade e da sua própria experiência. Este tem que discutir as regras sociais e culturais em que se encontra inserido.

Com a atual crise do e Estado-Providência em torna-se difícil dar resposta aos problemas sociais como a exclusão social e a pobreza. Desta forma as medidas de políticas públicas devem ser mais eficazes e eficientes no sentido de promover uma inclusão mais plena dos indivíduos mais fragilizados da nossa sociedade.

Neste sentido o Rendimento Social de Inserção surge como uma dessas medidas, até porque os seus beneficiários relatam transformações significativas nas suas vidas, afirmando

mesmo que não sabiam como viver se não o recebessem. Para além disso este apoio possibilita aos técnicos que trabalham nestas comunidades uma maior proximidade, permitindo-lhes um conhecimento mais profundo da realidade, das necessidades e do contexto em que estas famílias se encontram. Por isso, torna-se mais fácil realizar um diagnóstico social e conseqüentemente traçar estratégias de intervenção mais próximas da realidade. Esta intervenção de proximidade permite um maior envolvimento dos beneficiários de RSI conferindo-lhes, também, uma maior responsabilização no processo de inserção.

Se analisarmos os ciganos entrevistados reparamos que os indivíduos com pouca escolaridade e com elevados índices de abandono estão mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social.

Com base neste estudo e respondendo à pergunta de partida podemos, também, verificar que comparativamente às gerações anteriores há uma maior envolvimento entre os ciganos, beneficiários do RSI e os técnicos que os acompanham. Consideramos que esta aproximação tem impactos positivos na vida dos ciganos pois, como é visível nesta investigação, há um interesse maior, por parte dos ciganos adultos, na escolarização e em ações de educação e formação profissional. Tal facto permite-lhes um aumento das qualificações e facilita-lhes a inserção profissional. Neste sentido, Gomes (2013) refere que as políticas de qualificação são um instrumento forte no combate à exclusão social e à pobreza.

Todavia, sublinhe-se que os ciganos adultos percebem a escola de forma diferente, também, para os seus filhos. Assim, estes vêem-na como um instrumento fundamental para que as suas crianças possam ter um futuro melhor. Vejamos a resposta da entrevistada Paula “ (...) a minha filha [deve estudar] até ser doutora, era o meu orgulho (...). ”

Apesar disto não podemos pensar no RSI como uma medida que vai resolver todos os problemas, não podemos esperar que esta medida seja por si só um garante para criar mudanças realmente estruturantes na vida das famílias ciganas, até porque o valor do RSI não é significativo ao ponto de romper com o ciclo de pobreza (Rodrigues, 2012). Aliás todos os entrevistados beneficiários do RSI referem que o valor que recebem não é suficiente para colmatar as despesas, tendo que recorrer a outras fontes para sustentar a família.

Neste sentido uma das recomendações passa sobretudo pelos técnicos, os quais devem ser chamados a contribuir para alterar as políticas sociais e elaborar outras. Para além disso, devem cooperar na construção de programas ou projetos de intervenção social e comunitária. Outras das recomendações prende-se com o desconhecimento que a sociedade em geral tem em

relação à cultura cigana. Por isso, é necessário que se desenvolva um diálogo verdadeiro entre os ciganos e não ciganos, incluindo os profissionais. Na nossa opinião, é preciso acabar com o estigma a que a comunidade cigana está exposta, pois só desta forma se poderá diminuir a exclusão social. Consideramos que será também importante criar uma associação no concelho de Barcelos, que permita mobilizar os vários grupos de ciganos e, por conseguinte, proporcionar um espaço de reflexão acerca das inquietudes que os preocupam. Uma última recomendação passa pelo empoderamento das pessoas ciganas, ou seja, que as medidas possam ser duradouras bem como estruturantes e não pontuais, causando impactos reais junto desta comunidade.

Outro dos resultados que podemos tirar deste estudo é que a maioria dos entrevistados considera o aspeto financeiro importante para melhor as suas vidas. Todavia, é necessário esclarecer os beneficiários ciganos do objetivo último do rendimento social de inserção.

De realçar que esta investigação apresentou algumas limitações, sobretudo relacionadas com o baixo nível de escolaridade dos ciganos entrevistados, facto que tornou mais difícil obter respostas com conteúdo significativo. Os entrevistados revelaram-se limitados na fala e na compreensão das perguntas que foram feitas, por mais simples que tenha sido a sua formulação no contexto das entrevistas. Outro fator limitativo está relacionado com a própria linguagem que utilizam, dificultando muitas das vezes a compreensão mútua.

Por último este estudo mudou a nossa forma de ver os ciganos, e alertou-nos para a necessidade de conhecer esta comunidade. Para além disso, esta investigação, tornou-nos mais sensíveis às diferenças e ajudou a compreender que lutar pela igualdade de oportunidade destas comunidades é uma questão de justiça. Neste sentido é preciso cada vez mais trabalhar em parceria, encontrar nas entidades presentes no concelho respostas mais articuladas e uma implicação mútua de todos os envolvidos para que se possa contribuir para uma maior inclusão da comunidade cigana. Por último, é necessário uma maior responsabilidade de todos, onde os papéis de cada parceiro estejam bem definidos, no sentido de se avaliar se está a causar transformações positivas, ou não, na qualidade de vida da comunidade cigana.

Apesar de todas as dificuldades e limitações, a realização desta investigação foi um desafio que se revelou positivo, pois constitui uma mais-valia para a nossa realização profissional e pessoal.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, P. ; Mauritti, R. & Roldão, C. (2011). Efeitos TEIP – *Avaliação de impactos escolares em sete territórios educativos de intervenção prioritária*. Lisboa: Ministério da Educação.

Bastos, J.G.P. (1999). *Portugal Multiultural. Situação e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*. Lisboa: Fim de Século.

Branco, F. (2003). Os Ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença. *Intervenção Social*, 27, 121-143.

Calado, P. (2014). O papel da educação não formal na inclusão social: a experiência do Programa Escolhas. *Interações*, 29, 60-94.

Capucha, L. (1998). Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir. *Sociedade e Trabalho*, 3, 60-69.

Carmo, H. & Ferreira, M.M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto - Aprendizagem*.(2º edição). Lisboa: Universidade Aberta.

Casa Nova, M. J. (2002). *Etnicidade, género e escolaridade-estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana de um bairro periférico da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais da Educação – Universidade do Porto.

Casa Nova, M. J. (2009). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa.

Castro, A. (1995). Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação. *Sociologia*, 17, 97-111.

Castro, A.; Santos, M. & Gonçalves, A. (2011). *Monitorização e avaliação do Projeto Mediadores Municipais: Relatório Síntese*. Lisboa: Centro de Estudos sobre a mudança socioeconómica e de território.

Coelho, A. (1995). *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Comissão Europeia (2004). *La situation des Roms dans une Union Européenne*. Luxembourg: Direction Générale de L'Emploi et des Affaires Sociales.

Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2008). *Relatório das Audições Efetuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do ano Europeu para o diálogo intercultural*. Lisboa.

Correia, A. (2012). A gente não tem casa, é um dia aqui um dia além, somos ambulantes pronto! A produção social do nomadismo cigano. In Bastos, J.P. (org.), *Portugueses Ciganos e ciganofobia em Portugal* (239-265). Lisboa: Edições Colibri.

Cortesão, L. & Pinto, F. (1995). *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto. Edições Afrontamento.

Costa, E.M. L. (1999). O Povo Cigano e o espaço de colonização Portuguesa – Que contributos. In Alfaro, A. G.; Costa, E.M.L. & Floate, S.S. (org.), *Os casos de Espanha, Portugal, Inglaterra, séculos XVI-XIX* (49-91). Lisboa.

Coutinho, C.P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. (1ª edição). Coimbra: Edições Almedina.

Dias, E. C.; Alves, I.; Valente, N. & Aires, S. (2006). *Comunidades Ciganas: Representações e dinâmicas de exclusão/integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Direitos Humanos – Os Direitos Humanos das Minorias (2008). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Deshaies, B. (1997). *Metodologia de Intervenção em Ciências Humanas*. Bullhosa Livreiros.

ERRC/NÚMENA (2007). *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social – o caso dos ciganos*. Lisboa: European Roma Rights Centre e Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Esteves, P. C. P. (2007). A Agência do Assistente Social e a reprodução da pobreza e da exclusão social. Tese de Mestrado, Escola Superior de Altos Estudos – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

Fernandes, A. T. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia*, 5, 7-67.

Fernandes, A. T. (1998). *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. (1º edição). Lisboa: Monitor.

Fraser, A. (1997). *História o Povo Cigano*. Lisboa: Editorial Teorema.

Gabinete de Planamaneto e Estratégia & Unidade de Planemaento e Controlo de Gestão (2013). *Relatório de Atividades*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. (6.º edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gomes, M.C. (2013). Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos. In Mendes, M.M & Magano. O. (eds.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição* (81-91). Lisboa: Ed. Mundos Sociais.

Gomes, S. (2014). Caminhos para a prisão. Uma análise de fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnico em Portugal. Braga: Húmus.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. (1ª edição). Estoril: Príncipia.

Herédia, J. D.R. (1974). *Nós os Ciganos*. Braga: Editorial Franciscana.

Liégeois, J. P. (1989). *Ciganos e Itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Liégeois, J. P. (1994). *A escolarização das crianças ciganas e viajantes: Relatório Síntese*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Programação e Gestão Financeira.

Lopes, D. S. (2008). *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais – Estudo qualitativo sobre a integração social dos indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia - Universidade Aberta.

Magano, O. (2012). Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal. *Sociologia*, XXIII, 251-268.

Marques, J. F. (2006). Racismo na sociedade portuguesa contemporânea. In Atas do I Congresso Internacional: A emigração em Portugal e na União Europeia (385-407). Associação para a Investigação e o Desenvolvimento Sócio Cultural.

Marques, J. F. (2013). O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal: sequelas de uma modernização. In Mendes, M. & Magano, O. (org.). *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em transição* (111-121). Lisboa: Mundos Sociais.

Mendes, M. (1998). Etnicidade Cigana, exclusão social e racismos. *Sociologia*, 8, 207-246.

Mendes, M. (2005). *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mendes, M. M. F. (2007). *Representação face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa.

Mendes, M.M. (2012). *Identidades, Racismo e Discriminação: ciganos do AML*. Lisboa: Caleidoscópico.

Mendes, M.; Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. (1º edição). Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

Monteiro, J.G. (2009). Centro de Estágio Habitacional de Coimbra: do realojamento ao modelo integração de atuação. *In Atas do Seminário Internacional – Ciganos, Territórios e Habitat* (123-125). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

Nicolau, L. (2010). *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Nunes, O. (1996). *O povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Oliveira, M.M. (2005). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Ed. Bagaço.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto. Areal Editores.

Pereira, J.M.M (2008). *Inclusão dos alunos das comunidades ciganas nas escolas portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de letras – Universidade de Lisboa.

Pereira, P. (2009). *Habitação social, um modelo habitacional em equação: um estudo de caso no Bairro do Cabeço (Tortosendo)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais – Universidade da Beira Interior.

Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. (1ª edição). Lisboa: Lidel.

Ramos, M.C. (2003). *Ação Social na Área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rex, J. (1988). *Raça e Etnica*. Lisboa: Estampa.

Rodrigues, F. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Editorial Icsscoop.

Rodrigues, W. C. (2007). *Metodologia Científica*. Paramcebi – Brasil.

Santos, R. (2009). O realojamento da comunidade cigana de Santo Tirso: dos principais desafios às novas oportunidades de vida. In *Atas do Seminário Internacional Ciganos – Território e Habitat* (169-182). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

Santos, S. A. R. (2013). *Tenho a noite e o dia e não tenho nada – O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: O caso do concelho de Faro*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação e Comunicação - Universidade do Algarve.

Silva, L. F. (2005). *Saúde/Doença é questão de cultura – Atitudes de comportamento de saúde materna das mulheres ciganas em Portugal*. Porto: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Sousa, C. A. S. (2002). Os Desafios da Multi e Interculturalidade: O caso da Etnia Cigana. *Finisterra*, 42/43, 57 - 64.

Sousa, A.F.S. (2007). *As políticas sociais ativas e o processo de negociação para a inserção social*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra.

Taylor, C. (1998). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.

LEGISLAÇÃO

Decreto lei.º 163/1993, 7 de maio. *Diário da República I Série.*

Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro. *Diário da República I Série A.*

Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio. *Diário da República I Série.* Presidência do Conselho de Ministros.

Lei n.º 82/2009 de 27 de agosto. *Diário da República, I Série.*

Decreto- Lei n.º 171/2012, de 4 de setembro. *Diário da República, Iª Série*

Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. *Diário da República I Série.*

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 9 de agosto. *Diário da República I Série.*

ANEXOS

Guião de entrevista

Esta entrevista insere-se no âmbito do mestrado em crime diferença e desigualdade realizado na Universidade do Minho. A sua participação será voluntária pelo que pode interromper a entrevista a qualquer momento.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder à gravação áudio desta entrevista.

O conteúdo da informação recolhida é estritamente confidencial.

Caracterização do entrevistado

Ida.	Sexo	Escolaridade	Est. Civil	Naturalidade	Profissão

Constituição do agregado familiar

Ida.	Sexo	Escolar.	E. Civil	G. Parent.	Profissão	Morada	Obs.

- 1- Como se sente relativamente a sua condição de cigano, uma minoria “dentro” de uma maioria?
- 2- Como vê o não cigano (Gadjés)?
- 3- Sente que a sua comunidade está integrada na sociedade “Cidade” onde vive?
- 4- Se não indique as razões para não se sentir integrada?
- 5- O que é para si mais prioritário, de forma, a uma integração mais plena?

6- Qual a maior dificuldade enfrentada pela vossa comunidade?

1- Considera a escola importante. Porquê?

2- Com que idade deixou de estudar? Porquê?

3- O que pensa dos meninos ciganos frequentarem a escola?

4- Se tem filhos a estudar, que opinião tem da escola que eles frequentam?

5- Eles sentem-se integrados? Qual a relação entre os meninos e os professores?

6- Até que idade pensa que os seus filhos devem estudar?

7- Consideraria uma escola só para ciganos? Se sim ou não porquê?

8- Já frequentou algum curso de formação? Porque é que o fez?

9- Se sim este curso/formação trouxe alguma vantagem para si. De que forma?

1- Está inscrito(a) no centro de Emprego?

2- Recebe algum apoio social?

3- Que tipo de apoio (R.S.I; Cabaz alimentar; Cantina social; ação social escolar; transporte para a escola; outro) e de quem? (S. Social; Autarquia; J. Freguesia; Outra entidade).

4- Sente que os apoios são adequados às suas necessidades?

5- Que outro tipo de apoio gostaria de receber?

6- De que forma é que os apoios que recebem causam melhorias na vossa vida?

7- Qual era a alternativa se não tivesse estes apoios?

8- Como vê as entidades que acompanham a comunidade cigana? E os técnicos?

9- Se ganha-se o euro milhões, qual era a sua prioridade?

Guião de entrevistas para técnicos

Pergunta de partida: “De que forma se pode adequar as respostas sociais existentes à minoria cigana, para que estas possam contribuir para uma integração numa sociedade inter culturalista?”

Esta entrevista insere-se no âmbito do mestrado em crime diferença e desigualdade realizado na Universidade do Minho e visa o conhecimento dos técnicos que trabalham com a comunidade cigana no concelho de Barcelos.

A sua participação será voluntária pelo que pode interromper a entrevista a qualquer momento.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder à gravação áudio desta entrevista.

O conteúdo da informação recolhida é estritamente confidencial.

Obrigado!

António Fernandes

- 1- Qual é a sua formação académica?
- 2- Há quantos anos trabalha nesta área de serviço/apoio social e há quantos anos trabalha com a comunidade cigana?
- 3- Qual a função que desempenha junto destas comunidades?
- 4- Em geral, considera o RSI um instrumento importante no combate à pobreza e à exclusão social? Porquê?
- 5- Pode descrever a sua experiência de acompanhamento dos beneficiários de RSI entre a comunidade cigana?
- 6- Como avalia os resultados do apoio social prestado através do RSI na comunidade cigana?
- 7- Quando o RSI não é atribuído ou é cortado, qual é a alternativa para estas famílias?
- 8- Como é que esta medida (RSI) pode contribuir para a rutura dos ciclos de reprodução de pobreza nesta comunidade? Tem sugestões a fazer?
- 9- Julga que o RSI tem efeitos positivos ao nível da capacitação e no aumento das competências dos seus beneficiários ou é apenas um subsídio para assegurar a sobrevivência das pessoas?
- 10- Trabalha também com beneficiários de RSI que não sejam de etnia cigana? Se sim, considera que há alguma especificidade nos beneficiários desta etnia?